



DESTAQUES

Ações e Programas do Governo Federal

AGOSTO 2008

Secretaria de
Comunicação
Social



DESTAQUES

Ações e Programas do Governo Federal

ATUALIZADO MENSALMENTE

Calendário de divulgação deste caderno (2008):

JAN	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
23	05	09	07	04	09	06	10	15	12	10

Versão eletrônica:



www.presidencia.gov.br ou www.brasil.gov.br

APRESENTAÇÃO

Esta edição traz o Plano Mais Pesca e Aqüicultura, recentemente lançado, as medidas para qualificação profissional dos beneficiários do Bolsa Família e dados sobre a Rodada Doha.

Os números da geração de empregos formais no país, que atingiram novo recorde histórico, refletem a dinamização da economia. Outras atualizações apontam a mesma trajetória, entre elas a redução da pobreza e o aumento dos investimentos estrangeiros e da produção industrial.

A expansão da produção de biocombustíveis alcança novo patamar com a introdução do B3 e a inauguração, pela Petrobras Biocombustível, de sua primeira usina, em Candeias (BA).

O leitor encontrará, no rodapé de cada página do Caderno DESTAQUES, as datas de atualização das informações e eventuais erratas em relação às edições anteriores.

Críticas e sugestões serão sempre bem-vindas e podem ser enviadas para destaques.secom@planalto.gov.br

DESTAQUES

Ações e Programas do Governo Federal

Versão eletrônica:



www.presidencia.gov.br ou www.brasil.gov.br

Para receber DESTAQUES por correio eletrônico, mande uma mensagem para: destaques.secom@planalto.gov.br escrevendo “incluir” no campo assunto.

SUMÁRIO

	página
■ Apresentação	3
■ Parte 1 – Brasil hoje	7
Retrato Social	8
Retrato Econômico	9
Biocombustíveis	12
Política Externa	14
Democracia	15
■ Parte 2 – Programas de 2007 e 2008 (resumos)	17
Programa de Aceleração do Crescimento – PAC	18
Cidadania e Inclusão Social	20
Bolsa Família – Agenda Social	21
Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE	22
Plano Nacional de Turismo – PNT	24
Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci	25
Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem – Agenda Social	26
PAC Funasa	27
Povos Indígenas – Agenda Social	28
Pessoas com Deficiência – Agenda social	29
Mais Cultura – Agenda Social	30
Criança e Adolescente – Agenda Social	31
Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação	32
Quilombolas – Agenda Social	33
Mais Saúde	34
Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica – Agenda Social	35
Territórios da Cidadania – Agenda Social	36
Reforma Tributária	38
Mulheres – Agenda Social	39
PAC Embrapa	40
Plano da Amazônia Sustentável – PAS	41
Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP	42
Mais Alimentos	43
Mais Pesca e Aqüicultura	44
■ Parte 3 – Temas setoriais e atualidades	45
Rodada Doha	46
Fundo Soberano do Brasil	47
Indústria Naval	48
Portos	49
Inflação e Alimentos	50
Emprego	51
Justiça	52
Previdência Social	53
Combustíveis	54
Energia Elétrica	55
Reforma Agrária	56
Mudança no Campo	57
Agricultura e Pecuária	58
Integração Nacional	59
Projeto São Francisco	60
Saneamento	61
Desmatamento e Aquecimento	62
Relação com Municípios	64
Relação com Estados	65
Esportes	66
Habitação	67
■ Parte 4 – Biblioteca: Estudos, artigos, pesquisas e anexos	69
PNDS 2006 - Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde	70
Estudo: A queda da desigualdade entre as pessoas ocupadas – IPEA	71
PNAD 2006 – Suplementos divulgados pelo IBGE em 28mar/08	72
ODM – Relatório 2007	73
Ambiente de Negócios	74
Exportações por Bloco Econômico	77
Conselhos e Conferências 2003 a 2008	78

DESTAQUES

Ações e Programas do Governo Federal

As informações divulgadas aqui são, em geral, obtidas diretamente de ministérios e instituições da administração federal. Informações de origem diversa são veiculadas mediante citação da fonte.

Críticas e sugestões são bem-vindas e podem ser enviadas para destaques.secom@planalto.gov.br

É permitida a reprodução, total ou parcial, mediante citação da fonte.

É livre a utilização de links para DESTAQUES em sítios web.

Edições anteriores podem ser obtidas no seguinte endereço:

http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/publicacoes/destaques/

1 – BRASIL HOJE

Índice

Tema	Página
1. Retrato Social	8
2. Retrato Econômico	9
3. Biocombustíveis	12
4. Política Externa	14
5. Democracia	15

“Em 2003, resolvemos assumir o compromisso de incluir na matriz energética brasileira um novo tipo de combustível. O que mais me motivava era o sonho de dar uma chance a uma parte do Brasil que historicamente não a tinha, que era o Nordeste e o Norte brasileiros. No fundo, no fundo, o biodiesel vai prestar um serviço extraordinário, porque vai permitir que apareçam, no Brasil, dezenas de cooperativas e também contribuir para despoluir o Planeta.”

Presidente Lula, durante cerimônia de inauguração da usina de biocombustível de Candeias e lançamento da Petrobras Biocombustível. Candeias (BA), 29jul/08

RETRATO SOCIAL

Em 5 anos, crescimento e distribuição de renda vigorosos ampliam classe média, reduzem desigualdades e melhoram vida da maioria dos brasileiros

Redução da desigualdade

- Desigualdade de renda medida pelo Índice de Gini caiu para 0,541 em 2006 (o menor desde 1981).
- Desigualdade entre rendimentos das pessoas ocupadas nas seis principais regiões metropolitanas caiu quase 7% (4º tri/02-1º tri/08)¹ – ver pág. 71.
- Brasil pela primeira vez entre os países de alto IDH².
- País já ultrapassou meta de reduzir à metade extrema pobreza até 2015 (ODM³).
- Saíram da miséria 9,7 milhões de brasileiros (2003-2006).
- Pobreza nas regiões metropolitanas caiu de 35% para 24% de 2003-08 (IPEA).
- Classe média é maioria da população: passou de 44,2% em 2002 para 51,9% em 2007 (FGV).

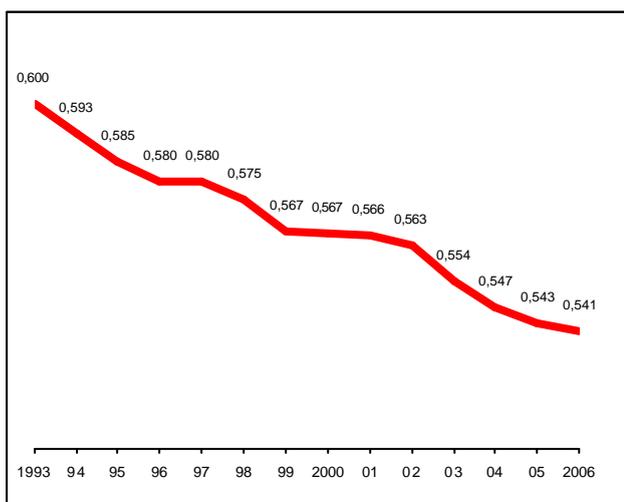
Aumento da renda

- Renda das famílias chegou a mais de R\$ 1 tri⁴.
- Renda média real aumentou 5,3% entre 2003 e 2006 (PNAD).
- Salário mínimo teve reajuste real de 53% entre jan/03 e jun/08.
- Acordos salariais, em 2007, superaram inflação em 88% dos casos (Dieese).

Qualidade de vida (PNAD 2006)

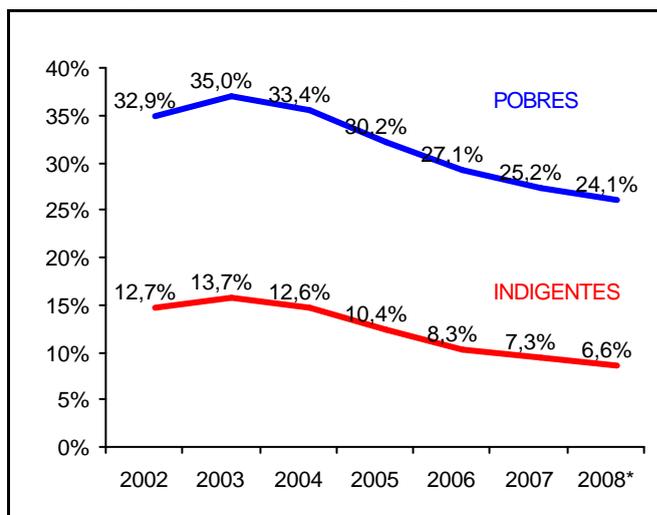
- Bens de consumo duráveis (2005-2006): aumentou acesso. Mais domicílios com geladeira, máquina de lavar roupa e televisão.
- Domicílios com energia elétrica (2005-2006): de 97,2% para 97,7%. Telefonia: de 71,6% para 74,5%
- Saneamento básico, água e coleta de lixo (2002-2006): acesso aumentou em dois a três pontos percentuais.

Índice de Gini



Fonte: PNAD.

Evolução Pobres e Indigentes nas RMs⁵



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego. (Elaboração IPEA).

¹ Fonte: IPEA (23jun/08). <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/DesigualdadeRenda.pdf>.

² Índice de Desenvolvimento Humano.

³ Objetivos do Milênio.

⁴ Fonte: Estudo da Consultoria MB Associados, publicado no Jornal "O Estado de S. Paulo" (2mar/08).

⁵ Participação em relação a população, nas 6 regiões metropolitanas.

RETRATO ECONÔMICO

País cresce de forma sustentável, com distribuição de renda e aumento do emprego formal

PIB

- Crescimento de 5,8% (1º tri/07-1º tri/08): maior expansão desde 1996. Aumenta há 25 trimestres consecutivos: R\$ 2,6 tri em 2007 (+ 5,4% frente 2006). PIB per capita em 2007: R\$ 13,5 mil (+ 4% frente 2006).

Emprego (ver pág. 51)

- 11,5 milhões de ocupações criadas; 9,4 milhões formais (jan/03-jun/08)

Consumo

- Cresceu 6,6% (1º tri/07-1º tri/08). Aumenta há 18 trimestres consecutivos. R\$ 1,6 tri em 2007 (+6,5% frente 2006).

Investimentos – formação bruta de capital fixo

- Cresceram 15,2% (1º tri/07-1º tri/08). Aumentam há 17 trimestres consecutivos.
- Somaram R\$ 450 bi em 2007 (+13,4% frente 2006): maior taxa da série histórica.
- Estrangeiros diretos: US\$ 34,6 bi em 2007 (quase dobrou em relação a 2006) e US\$ 16,7 bi acumulados em 2008 (jan-jun/08).
- Brasileiros diretos no exterior: US\$ 7 bi (2007) e US\$ 8,6 bi (jan-jun/08).
- País obteve classificação de grau de investimento por 5 agências de risco¹.

Balança comercial²

- Exportações: US\$ 184,4 bi; importações: US\$ 153,7 bi (recordes). Saldo: US\$ 30,8 bi (-31,9%).

Inflação

- IPCA (jun/08): 0,74% (-0,5 p.p. ante mai/08). Últimos 12 meses: 6,06%.

Reservas internacionais

- Somaram US\$ 203,9 bi (1º ago/08). Pela primeira vez, Brasil é credor externo.

Superávit primário

- **6,19% do PIB (jan-jun/08).**

Produção industrial

- Jun/08: crescimento de 6,6% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Produção e venda de veículos

- Recordes históricos na produção (3 milhões) e nas vendas (2,5 milhões) em 2007.

Comércio varejista³

- Mai/08: crescimento de 10,5% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Agricultura

- Safra 2007: 133,1 milhões de toneladas de grãos (IBGE). Recorde histórico.

Crédito

- Volume atingiu R\$ 1,067 tri (jun/08) ou 36,5% do PIB.
- Consignado (56,1% do crédito pessoal) chegou a R\$ 72,7 bi (jun/08).

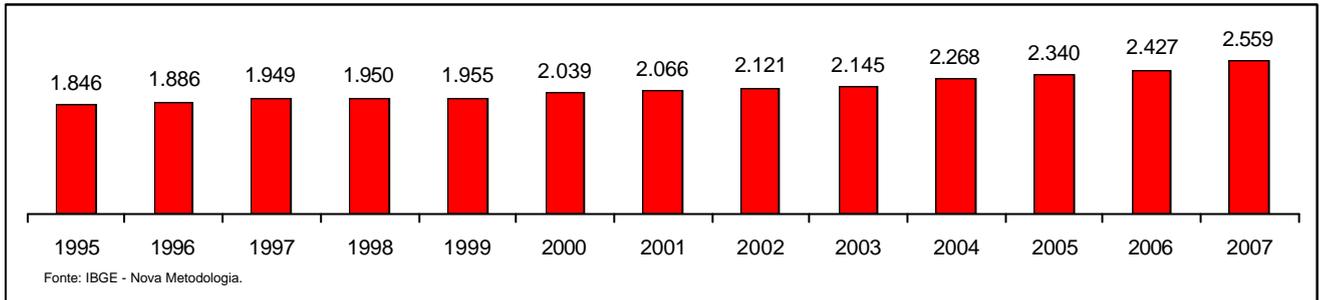
¹ Concederam grau de investimento ("investment grade") a títulos emitidos pelo Brasil as seguintes agências de risco: JCR (13jun/07), R&I (22abr/08), Standard & Poor's (30abr/08), DBRS (28mai/08) e Fitch Ratings (29mai/08).

² Acumulado nos últimos 12 meses (jul/08). Entre parênteses, comparação com o mesmo período do ano anterior.

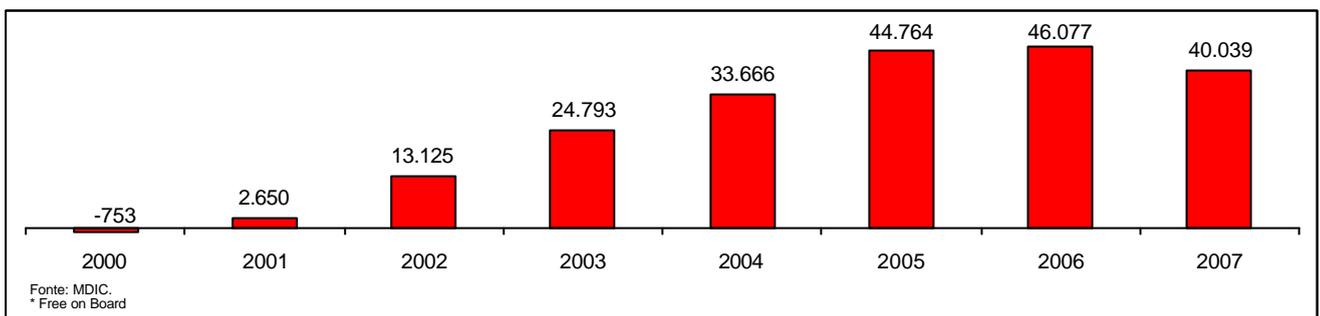
³ Volume de vendas.

RETRATO ECONÔMICO

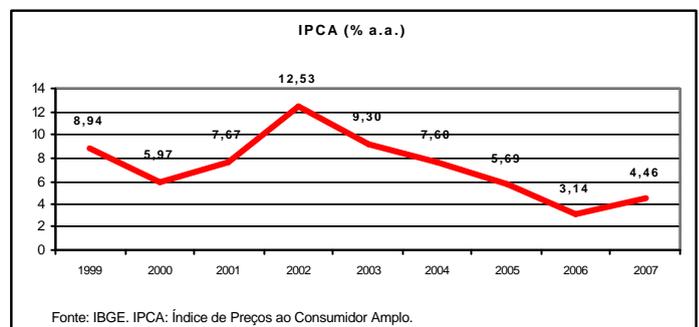
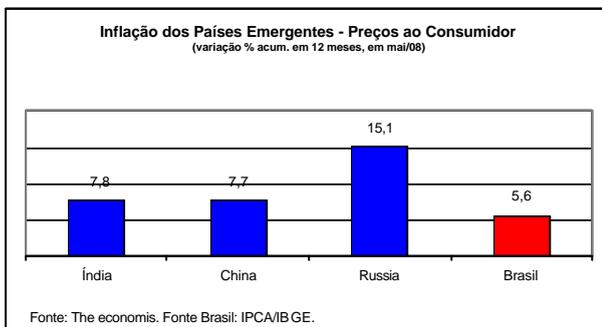
Produto Interno Bruto em R\$ bi de 2007 (deflacionado)



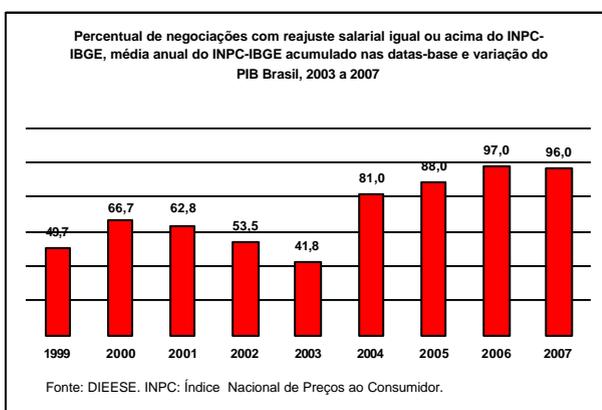
Saldo da Balança Comercial – em US\$ milhões (FOB*)



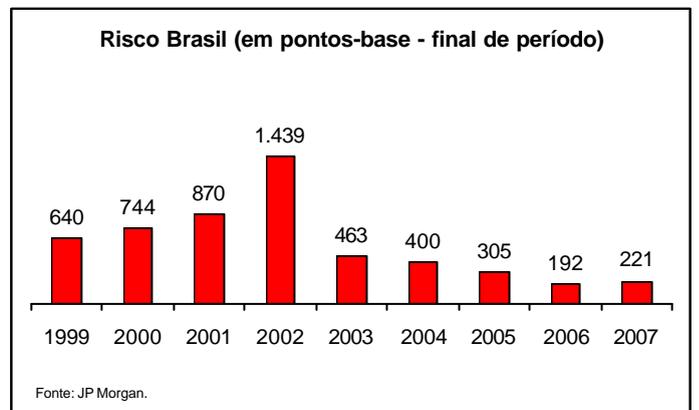
Inflação



Reajustes Salariais



Risco Brasil



COMPARATIVO ECONÔMICO 2003–2008

Varição de indicadores econômicos selecionados revela que Brasil consolida bons fundamentos e estabilidade

Indicador	Jan/03	Jun/08	Varição (%)
PIB (R\$ bilhões de 2007)	2.121 ¹	2.559 ²	+21
Balanco de pagamentos (saldo mensal - US\$ milhões)	713	2.618	+267
Balança comercial (saldo mensal - US\$ milhões)	1.155	3.304 ³	+186
Superávit primário (% do PIB acumulado em 12 meses)	3,71	4,27	+15%
Reservas internacionais (US\$ milhões)	37.652	203.562 ³	+441
Investimento estrangeiro direto (US\$ milhões)	905	2.718	+200
Investimento brasileiro no exterior (US\$ milhões)	181	1.042	+476
Risco-Brasil (pontos-base)	1.439	228 ³	-84
Juros Selic (Banco Central)⁴ (% a.a.)	25	13 ³	-48
Crédito total (% do PIB)	21,8	36,5	+67
Dólar comercial (R\$)	3,44	1,57 ³	-54
Inflação IPCA⁵ (% a.m.)	2,25	0,74	-67
Cesta básica (R\$)	1996 ⁶	222 ³	+12
Emprego (milhões de postos formais)	28,7	38,1	+33
Taxa de desocupação - regiões metropolitanas (%)	11,2	7,8	-30
Salário mínimo real (R\$)	271	415	+53
Produção industrial (Índice de Base Fixa: 2002 = 100)	92,22	129,60	+41
Safra de grãos (milhões ton/ano)	97,67 ⁷	133,1 ⁸	+36
Vendas do comércio (Índice de Base Fixa: 2003 = 100)	93,38	147,27 ⁹	+58

¹ PIB 2002.

² PIB 2007.

³ Julho 2008.

⁴ Taxa do Banco Central – Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

⁵ Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

⁶ Valor médio da cesta básica do Dieese corrigido pelo IPCA, período jan/03 a jun/08.

⁷ Safra 2002.

⁸ Safra 2007.

⁹ Maio 2008.

BIOCOMBUSTÍVEIS

Biocombustíveis brasileiros contribuem para a transformação econômica e social e produzem energia limpa e renovável

Matriz energética

- Energia gerada a partir da cana-de-açúcar supera, em 2007, a produção de energia por hidrelétricas¹.
- Energias obtidas por fontes renováveis responderam por 70% (do total de 13,5 milhões de toneladas) do aumento nas fontes produtoras de energia em 2007. Sua participação no país subiu de 44,9%, em 2006, para 46,4%, em 2007.

Biodiesel – B3

- Mistura B3 (3% de biodiesel no diesel) entrou em vigor no Brasil, em 1ºjul/08.
- Elevação de 2% para 3% do uso deste biocombustível reflete sucesso do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB – e demonstra que país tem condições de manter produção e uso em larga escala.

Leilões de biodiesel

- Leilões 10 e 11 realizados em 14 e 15ago/08 para abastecimento interno no 4ºtrim/08; 330 milhões de litros e movimentação de cerca de R\$ 1 bi.
- Petrobrás adquiriu – em leilão de 11jul/08 – 53 milhões de litros para estoque.

Etanol – crescimento consistente do mercado

- Aumento de 27% nas vendas de álcool combustível no mercado interno e nas exportações, no 1ºsem/08 em relação ao 1ºsem/07.
- Consolidação da participação de carros *flex-fuel*: 90% dos veículos vendidos.

Petrobrás Biocombustíveis

- Criada em mar/08, estima investir R\$ 2,4 bi entre 2008 e 2012, com objetivo de alcançar liderança na produção de biodiesel e ampliar participação na do etanol.
- Três usinas de biodiesel da Petrobrás no semi-árido com capacidade total de 170 milhões de litros/ano: Candeias/BA (inaugurada em 29jul/08) e Quixadá/CE e Montes Claros/MG, ambas em fase final de construção².

Atos Normativos

- Lei 11.727/08 – álcool: nova sistemática de tributação; maior equilíbrio na repartição da carga tributária entre produtores/distribuidores; desestímulo à fraude/sonegação.
- Decreto 6.458/08: ampliou desoneração fiscal de tributos federais no biodiesel. Reduziu a zero alíquotas de Pis/Pasep e Cofins para biodiesel fabricado a partir de qualquer oleaginosa cultivada por agricultores familiares nas regiões N, NE e semi-árido (anteriormente, benefício era exclusivo para mamona e palma).

Perspectivas

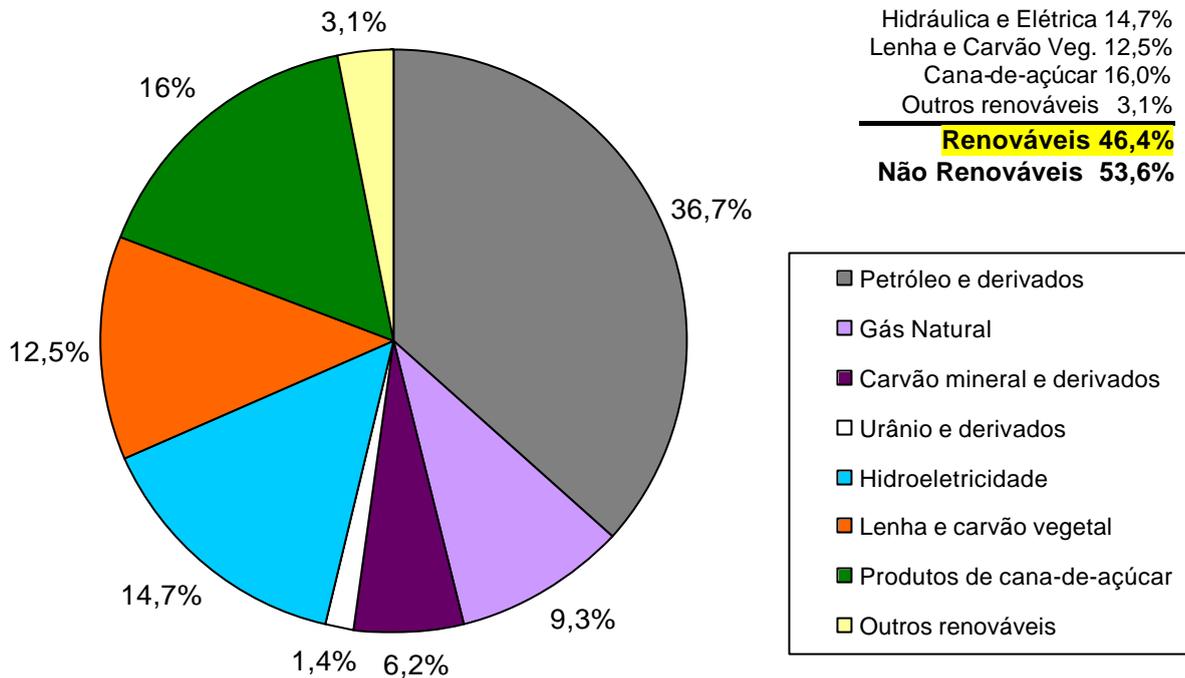
- Conferência Internacional sobre Biocombustíveis (nov/08), em São Paulo.
- **Em 2008, Brasil deverá ser o 3º maior produtor mundial de biodiesel, atrás somente da Alemanha e dos EUA.**
- Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar em fase de conclusão.
- Diálogo entre trabalhadores e empresários sobre condições de trabalho.

¹ Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

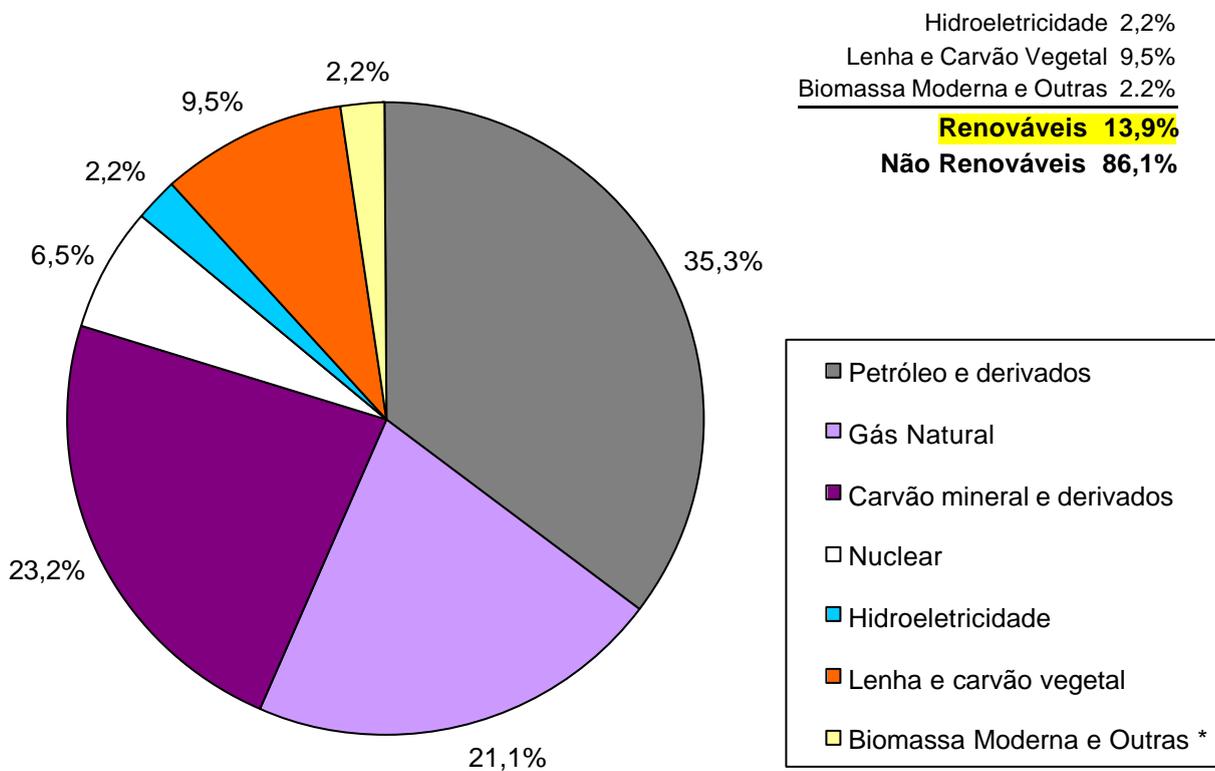
² Inauguração prevista para o 2ºsem/08.

BIOCOMBUSTÍVEIS

Matriz Energética Brasileira - 2007



Matriz Energética Mundial - 2006



* Biomassa moderna: inclui derivados da cana-de-açúcar.
 Fonte: Empresa de Pesquisa Energética – EPE e ANEEL .

POLÍTICA EXTERNA

País defende seus interesses e amplia influência na política global

Relações multilaterais

- ONU: participação ativa no processo de reforma (por maior representatividade) e em operações de paz (ex.: Haiti).
- País reconhece importância do Plano de Ação de Bali para implementar Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima até 2012.

América do Sul, Mercosul e Unasul¹

- Integração energética e de infra-estrutura (ex.: financiamento do BNDES para construção da rodovia “Hacia el Norte”, na Bolívia).
- Mercosul: comércio de US\$ 17 bi em 2007 (contra US\$ 5,7 bi em 2003). Fundo de Convergência: US\$ 100 mi para diminuir assimetrias. Brasil: maior contribuinte (70%). Parlamento é realidade. Abolido passaporte entre membros. Cúpula de Tucumán (1ºjul/08) condena “diretiva de retorno”² da União Européia.
- Banco do Sul: criado para financiar projetos em setores-chave.
- Unasul: tratado (mai/08) dá personalidade jurídica à união. Mobilização pela criação do Conselho Sul-americano de Defesa (iniciativa tem adesão da Colômbia, após a visita presidencial de 20jul/08).
- Argentina: criada linha de contingência no Banco Central para garantir funcionamento do sistema de pagamento em moeda local com o país vizinho.

Cooperação Sul-Sul

- Defesa de nova geografia mundial: não excludente, multipolar, pacífica.
- África: política ativa, traduzida em várias visitas presidenciais e projetos de cooperação (ex.: abertura do escritório da Embrapa em Acra, Gana).
- Ibas³ – reunião na Cidade do Cabo (mai/08): cooperação Sul-Sul como pilar na construção de ordem internacional mais inclusiva e solidária.

Diálogo com parceiros tradicionais

- EUA: além de temas tradicionais, biocombustíveis impulsionaram maior cooperação. Fórum de CEOs expande negócios.
- UE: parceria estratégica (C&T, clima, biocombustíveis e cooperação com terceiros).
- Cúpula G8+5 (8-10jul/08): defesa de diálogo com países em desenvolvimento.

Países da Ásia

- Aprofundamento de relações com região que mais cresce no mundo.
- Reunião com Rússia, Índia e China (mai/08): Brics⁴ como fórum de peso global.
- Intensificada cooperação com Timor-Leste (visita presidencial de 11jul/08).

Outras iniciativas

- Promoção internacional da língua portuguesa na CPLP⁵ (Lisboa, 24jul/08).
- 1ª Conferência de Brasileiros no Exterior: discussão de melhoria para os brasileiros que residem no estrangeiro (17jul/08 no Rio de Janeiro).

¹ Unasul: União de Nações Sul-Americanas.

² Nova lei da União Européia (UE) sobre a expulsão dos imigrantes ilegais, denominada Diretiva de Retorno.

³ Ibas: Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul.

⁴ BRICs: Brasil, Rússia, Índia e China

⁵ CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

DEMOCRACIA

Estado promove transparência e fortalecimento dos órgãos de fiscalização, relação construtiva entre poderes e consolidação da participação social

Transparência e controle sobre gastos governamentais

- Portal da Transparência: 344 órgãos e entidades com páginas de transparência pública. Mais de 673 milhões de registros sobre gastos (R\$ 4,4 tri). Referentes a: beneficiários de programas sociais (17 milhões); recebedores de crédito (294 mil pessoas jurídicas, 1,6 milhão de pessoas físicas); portadores de cartões de pagamento (9,7 mil); programas sociais (411) e ações de governo (2,11 mil). Acesse: www.portaltransparencia.gov.br/
- CGU¹ mobilizou mais de 25,2 mil cidadãos em 924 municípios; distribuiu mais de 1,6 milhão de cartilhas; sensibilizou mais de 187 mil estudantes sobre importância do exercício da cidadania e controle social, desde 2005. Acesse a cartilha: www.cgu.gov.br/olhovivo/Recursos/Publicacoes/arquivos/cartilha_olhoVivo.pdf
- Fiscalizados 1.401 municípios e 69 temas² em 24 estados, definidos por sorteio, envolvendo R\$ 15,6 bi em recursos federais (até jun/08).
- Instaurados mais de 26 mil processos administrativos disciplinares. Foram 1.785 punições: 1.548 demissões, 133 destituições de cargos em comissão e 104 cassações de aposentadorias (2003 a julho/08), além de outras penalidades.

Ampliação de mecanismos de fiscalização e controle (exemplos)

- Polícia Federal: combate ao crime organizado, tráfico, contrabando, corrupção, evasão de divisas e crime ambiental.
- Criação do Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro LAB-LD.
- Coaf³: 1,13 milhão de comunicações de operações suspeitas recebidas e avaliadas; produzidos 1.555 Relatórios de Inteligência Financeira em 2007.
- RFB⁴: unifica os dados e a arrecadação; reduz a sonegação.
- Aprimoramento do Cartão de Pagamento do Governo Federal (Dec. 6.370/2008).
- Decreto 6.428/2008: regras mais rígidas para repasses a entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos (ONG's). www.convenios.gov.br/portal/

Valorização e inovação administrativa

- Criação/fortalecimento de secretarias especiais: Promoção da Igualdade Racial, Direitos Humanos e Políticas para as Mulheres, com status de ministério (2003).
- Criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (2003).
- Criação da SRI⁵ (2005): mais diálogo com Parlamento e entes federados.

Participação social

- Criação, recriação e consolidação de Conselhos Nacionais que promovem diálogo do poder público com a sociedade (ver pág. 78).
- 48⁶ conferências nacionais realizadas para aprimorar políticas públicas.
- Pluralidade social na agenda do Presidente da República.

¹ Controladoria-Geral da União.

² Por exemplo: saúde, educação, programas sociais, entre outros.

³ Coaf: Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

⁴ Receita Federal do Brasil - Unificou a receita da Fazenda e da Previdência.

⁵ Secretaria de Relações Institucionais.

⁶ Errata: no Caderno Destaques de Julho constou incorretamente o número de conferências (49).

Fique atualizado; consulte também:

em questão

http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao

2 – PROGRAMAS DE 2007 E 2008

Índice

Tema	Página
■ Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – 22jan/07	18
■ Cidadania e Inclusão Social	20
■ Bolsa Família – Agenda Social	21
■ Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE – 24abr/07	22
■ Plano Nacional de Turismo – PNT – 13jun/07	24
■ Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci – 20ago/07	25
■ Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem – Agenda Social – 5set/07	26
■ PAC Funasa – 19set/07	27
■ Povos Indígenas – Agenda Social – 21set/07	28
■ Pessoas com Deficiência – Agenda Social – 26set/07	29
■ Mais Cultura – Agenda Social – 4out/07	30
■ Criança e Adolescente – Agenda Social – 11out/07	31
■ Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação – 20nov/07	32
■ Quilombolas – Agenda Social – 20nov/07	33
■ Mais Saúde – 5dez/07	34
■ Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica – Agenda Social – 6dez/07	35
■ Territórios da Cidadania – Agenda Social – 24fev/08	36
■ Reforma Tributária – enviada ao Congresso Nacional em 28fev/08	38
■ Mulheres – Agenda Social – 5mar/08	39
■ PAC Embrapa – 23abr/08	40
■ Plano da Amazônia Sustentável – PAS – 8mai/08	41
■ Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP – 12mai/08	42
■ Mais Alimentos – 3jul/08	43
■ Mais Pesca e Aqüicultura – 29jul08	44

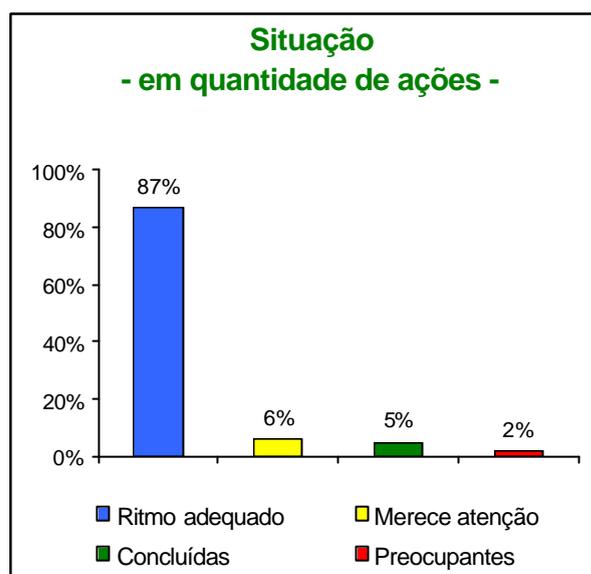
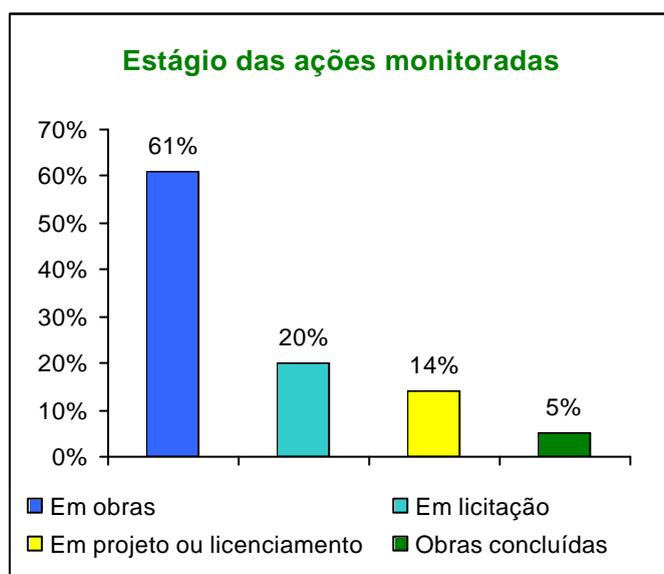
PAC: CRESCIMENTO ACELERADO

Balanço de 16 meses aponta que 61% das obras já estão em execução

Programa de Aceleração do Crescimento

- Prevê investimentos de R\$ 503,9 bi até 2010, divididos em três eixos: logística (R\$ 58,3 bi), energia (R\$ 274,8 bi) e social e urbano (R\$ 170,8 bi).
- Garante significativas desonerações de tributos e medidas fiscais de longo prazo para incentivar investimentos. Desonerações previstas para 2007 e 2008 ultrapassam R\$ 16 bi.

Balanço de 16 meses, divulgado em 4jun/08¹



- Além do monitoramento pela Casa Civil, a AGU² acompanha 619 ações desde jun/07.

Recursos

- Destinados R\$ 32,27 bi³ (2007-2008):
 - R\$ 20,4 bi empenhados até 31mai/08 (62% do total): 7,3 vezes maior que o mesmo período em 2007).
 - R\$ 10,5 bi pagos até 31mai/08 (7 vezes maior do que foi pago no mesmo período em 2007).

Licenciamento

- Licenciamento ambiental: Ibama emitiu 31 licenças em 2008, nove delas com a participação da Funai.

Mais informações: www.brasil.gov.br/pac

¹ **Ritmo adequado**: com cronograma em dia e com os riscos administrados. **Merecem atenção**: com cronograma em dia e risco potencial ou com pequeno atraso e/ou com significativo atraso no cronograma. **Preocupantes**: com elevado risco, independentemente do cronograma ou com significativo atraso no cronograma.

² Advocacia Geral da União.

³ Oriundos do Orçamento Geral da União e da Seguridade.

PAC – AÇÕES CONCLUÍDAS

88 ações concluídas – R\$ 10,1 bi – até 30abr/08

Logística: 13 ações, R\$ 798 mi

- Rodovias: 166 km, R\$ 158 mi.
 - BR-101/PE – Acesso ao Cabo e adequação.
 - BR-060-DF/GO – Trecho GO: duplicação.
 - BR-050/MG – Uberaba-Uberlândia: duplicação.
- Portos: R\$ 12,7 mi.
 - Terminal Salineiro de Areia Branca/RN: potencializa sistema de atracação.
 - Porto Hidroviário de Nhamundá/AM: construção.
- Marinha Mercante: cinco lotes, 34 embarcações, R\$ 415 mi.
 - Oito no RJ; 12 em SC; 10 no AM; um no RS; três em SP.
- Aeroportos: R\$ 212 mi.
 - Congonhas (São Paulo/SP): reforma, adequação e modernização de terminal de passageiros e pista.
 - Santos Dumont (Rio de Janeiro/RJ): reforma e ampliação de terminal de passageiros, pistas e pátios.
 - Presidente Castro Pinto (João Pessoa/PB): reforma e ampliação de terminal de passageiros e reforço de pista de pouso.

Energia: 75 ações, R\$ 9,3 bi

- Geração de Energia: 790 MW, R\$ 1,7 bi.
 - Usina Hidrelétrica Castro Alves/RS – 130 MW; Usina Termelétrica Canoas/RS – conversão – 90 MW; Usinas Termelétricas Biomassa – 140 MW (Santa Isabel/SP, Interlagos/SP, São João Biogás/SP, Quirinópolis/GO).
- Transmissão de Energia: 2.824 km, R\$ 1,9 bi.
 - Interligação Norte-Sul III (Marabá/PA-Colinas/GO-Serra da Mesa/GO-Samambaia/DF); Luziânia/GO-Emborcação/GO; Itutinga/MG-Juiz de Fora/MG; Rio do Sul/SC-Barra Grande/PR; Milagres/CE-Tauá/CE; Irapé/MG-Araçuaí/MG; Machadinho/RS-Campos Novos/SC.
- Programa de Incentivo a Fontes Alternativas: 19 usinas, 568,5 MW.
- Campos de Petróleo e Gás Natural: R\$ 1,2 bi.
 - Peroá, Fase 2/ES; Espadarte Módulo 2/RJ; Manati/BA.
- Petroquímica: R\$ 610 mi.
 - Petroquímica Paulínia/SP.
- Gasodutos: 433 km, R\$ 890 mi.
 - Cabiúnas/RJ-Vitória/ES: 303km – fev/08.
 - Cacimbas/ES-Vitória/ES: 130 km – nov/07.
- Combustíveis renováveis: 26 bilhões de litros/ano, R\$ 3 bi.
 - Biodiesel, 18 usinas; etanol, 17 usinas.

CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

Novas políticas públicas reafirmam compromisso de levar dignidade e uma vida melhor para mais brasileiros

Políticas Sociais

- Em 2007, a partir da experiência acumulada com as políticas desenvolvidas na área social, foram elaborados e apresentados à sociedade:
 - Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE – lançado em 24abr/07.
 - Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci – lançado em 20ago/07.
 - Agenda Social, adotada na reunião ministerial de 30ago/07.
 - Programa Mais Saúde – lançado em 5dez/07.

Agenda Social – objetivos

- Consolidar política garantidora de direitos.
- Reduzir ainda mais as desigualdades sociais e promover oportunidades às famílias pobres.
- Buscar a gestão integrada das políticas.
- Aprofundar a pactuação federada entre União, estados e municípios.

Eixos

1. Redução das Desigualdades:

- Bolsa Família – geração de oportunidades às famílias beneficiárias – lançado em 2003.
- Territórios da Cidadania – combate à pobreza rural – lançado em 24fev/08.

2. Juventude:

- ProJovem – lançado em 5set/07.

3. Direitos da Cidadania:

- Mulheres – lançado em 5mar/08.
- Quilombolas – lançado em 20nov/07.
- Povos Indígenas – lançado em 21set/07.
- Criança e Adolescente – lançado em 11out/07.
- Pessoas com Deficiência – lançado em 26set/07.
- Registro Civil de Nascimento – lançado em 6dez/07.
- Povos e Comunidades Tradicionais – a ser lançado.

4. Cultura:

- Mais Cultura – lançado em 4out/07

BOLSA FAMÍLIA

Mobilização para qualificação profissional de 185 mil beneficiários do Bolsa Família tem início

Características

- Criado em out/03, beneficia 11,1 milhões de famílias em todos os municípios.

2007- 2010

- Recomposição do valor do benefício: 18,25% em ago/07 e 8% em jul/08. Benefício médio passou de R\$ 62 para R\$ 85, e máximo de R\$ 95 para R\$ 182.
- Expansão da faixa etária para adolescentes de 16 a 17 anos a partir de mar/08.
 - Meta para 2008: 1,75 milhão de jovens. Até jun//08: 1,6 milhão incluídos.
 - Projeção de recursos investidos em 2008: R\$ 541 mi.
- Condicionais: 85% das crianças são acompanhadas em educação, e 57 % das famílias beneficiárias são acompanhadas em saúde.
- Inclusão bancária: 704 mil famílias receberam benefícios em suas contas bancárias (jul/08). Meta: oferta para 100% das famílias em nov/08.
- Cerca de dois milhões de famílias já deixaram o programa por causa do aumento na renda ou em decorrência de auditoria.

Plano Setorial de Qualificação – Planseq Bolsa Família

- Meta: capacitar 185 mil beneficiários para trabalharem na construção civil. Início previsto para set/08.
- Iniciado contato com estados e prefeituras de 240 municípios, de 12 regiões metropolitanas. 1.200 gestores municipais e estaduais de assistência social e do Bolsa Família recebem orientações para potenciais beneficiários.
- Parceria entre empresários, trabalhadores e três esferas de governo.

Demais ações para geração de oportunidades

- Termo de compromisso com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR): infra-estrutura, assistência técnica, fortalecimento organizacional, formação profissional e capacitação. Meta: R\$ 189 mi.
- Articulação com Fórum de Pró-Reitores de Extensão para integrar as Universidades Federais e os Cefets¹ às ações de inclusão produtiva.
- Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (Proninc): 25 incubadoras apoiadas e aporte de R\$ 4 mi em 2007-2008.
- Parceria com Ibama² e Conab³: leilão de gado e estoque de madeiras apreendidos; recursos são destinados ao Fundo de Combate à Pobreza.

Demais programas de transferência de renda

- Transferidos pelo BPC⁴: R\$ 1,2 bi, beneficiando 2,8 milhões de idosos/pessoas com deficiência (jun/08).

Mais informações: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>

¹ Centros Federais de Educação Tecnológica.

² Instituto Brasileiro de Meio Ambiente.

³ Companhia Nacional de Abastecimento.

⁴ Benefício de Prestação Continuada.

PDE – EDUCAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO

Qualidade do ensino ganha com a lei do piso nacional de R\$ 950

Educação Básica

- Adesão federativa: todos os estados, DF e 5.560 municípios aderiram ao Plano.
- Formação de professores: plano estratégico criará Sistema Nacional de Formação.
- UAB¹: expansão e interiorização da oferta de cursos de educação superior a distância, de graduação e cursos de formação continuada.
- Pibid²: bolsas para alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, após graduados, atuem no magistério na rede pública.
- Avaliação dos estudantes:
 - Prova Brasil – 4ª e 8ª séries (5º e 9º ano) do ensino fundamental de escolas públicas urbanas com mais de 20 alunos.
 - Provinha Brasil – alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental.
 - Educacenso – cadastro de escolas públicas e privada, docentes, auxiliares de educação infantil e estudantes.
 - Ideb³ – qualidade da educação, considerando indicadores de fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações do Inep⁴ (Saeb⁵ e Prova Brasil).
- Apoio ao aluno e à escola pública:
 - Fundeb⁶: financia educação básica, da creche ao ensino médio.
 - Ensino Fundamental de nove anos: implantação obrigatória a estados, municípios e DF até 2010 (Lei 11.274/2006).
 - ProInfância: construção e reestruturação de creches e pré-escolas.
 - Caminho da Escola: renovação, ampliação e padronização de frota escolar.
 - Proinfo: laboratórios de informática, internet banda larga e Gesac⁷.
- Olimpíadas: melhoria do ensino e aprendizagem de leitura, escrita e matemática.
- **Piso nacional para professores de escolas públicas: R\$ 950.**

Alfabetização e Educação Continuada

- Brasil Alfabetizado: para brasileiros de 15 anos ou mais.

Educação Profissional e Tecnológica

- Expansão da Rede Federal: implantação de novas escolas.
- Institutos Federais: reorganização da rede federal, enfatizando oferta de cursos técnicos de nível médio e licenciaturas.

Educação Superior

- Expansão da Rede Federal: novos campi universitários.
- Reuni⁸: reestruturação e melhor aproveitamento de instalações e recursos humanos das universidades federais.
- Proni⁹: bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de baixa renda.
- Fies¹⁰: financiamento para estudantes de instituições privadas de ensino superior.

¹ UAB: Universidade Aberta do Brasil.

² Pibid: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.

³ Ideb: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

⁴ Inep: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

⁵ Saeb: Sistema de Avaliação da Educação Básica.

⁶ Fundeb: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

⁷ Gesac: Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão.

⁸ Reuni: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

⁹ Proni: Programa Universidade para Todos.

¹⁰ Fies: Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

PDE – EDUCAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO

Programas e Ações	Metas	Realizado (em jul/08)
Educação Básica		
Universidade Aberta do Brasil	850 pólos (2011)	289 pólos
Pibid	9.200 bolsas/ano	Edital lançado em jan/08
Ideb	Médias 6,0 (ensino fundamental até 4ª série), 5,5 (5ª a 8ª séries) e 5,2 (ensino médio) até 2021	2007: já alcançadas médias previstas para 2009 (4,2; 3,8 e 3,5)
Fundeb	União participa com 10% do fundo de 2010 a 2020	Investimento de R\$ 3,2 bi definido para 2008
Ensino Fundamental de 9 anos (pública e privada)	Alcançar todos estados, municípios e DF até 2010	2007: 44% de matrículas nesse regime
ProInfância	200 creches/ano conveniadas	2007 e 2008: 955 creches conveniadas
Caminho da Escola (ônibus escolar)	15.000 veículos até 2011	1.785 veículos (634 com recursos MEC, 287 dos municípios e 864 de empréstimos BNDES)
Proinfo (laboratórios de informática e conexão à internet)	29 mil laboratórios em 2008, 40 mil em 2009 e 45 mil em 2010 22 mil conexões em 2008, 22 mil em 2009 e 11 mil em 2010	1.415 laboratórios de informática instalados 3.520 escolas conectadas (banda larga)
Olimpíadas 2008		Matemática: 18,3 milhões de estudantes inscritos Português: 6,1 milhões
Alfabetização e educação continuada		
Brasil Alfabetizado	1,5 milhão alfabetizando/ano	2003-2007: 8 milhões de alunos. 2008: em fase de adesão dos estados
Educação Profissional e Tecnológica		
Expansão do ensino técnico	214 novas escolas técnicas	2003-2007: 64 criadas (52 funcionando) 2007-2010: 150 criadas (48 com licitações concluídas; 42 em andamento e 60 a iniciar)
Educação Superior		
Novas universidades	16 universidades federais	12 já funcionando, 3 em tramitação e 1 a ser encaminhada ao Congresso
Novos campi universitários	88 campi	86 já funcionando e 2 em planejamento
Reuni	Ampliar de 124 mil vagas/ano (2002) para 229 mil (2012)	100% de adesão das instituições federais
Prouni	720 mil bolsas até 2011	385 mil bolsas desde ago/05
Fies	400 mil contratos até 2011	48 mil contratos em 2007

PNT - PLANO NACIONAL DE TURISMO

Setor promove, em cinco anos, crescimento de 66% de desembarques domésticos e a entrada de US\$ 19 bi no país

2º Plano Nacional de Turismo – PNT (2007-2010)

- Lançado em 13jun/07 para melhorar qualidade dos produtos turísticos, promover inclusão social no turismo e competitividade do Brasil no setor.

Investimentos

- R\$ 5,63 bi para infra-estrutura: obras complementares ao PAC Saneamento; pavimentação; melhoria de rodoviárias e aeroportos; construção de centros de atendimento ao turista.
- R\$ 1 bi para promoção de destinos turísticos no Brasil e no exterior.

Metas até 2010

- Promover 217 milhões de viagens/ano no mercado interno; gerar US\$ 7,7 bi/ano em divisas e 1,7 milhão de novos empregos e ocupações.
- Estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional.

1º Plano Nacional de Turismo - PNT (2003-2007)

- Desembarques domésticos: de 30,7 milhões em 2003 para 50 milhões em 2007, somando quase 207 milhões nos últimos cinco anos.
- Entrada de divisas: de US\$ 2,5 bi em 2003 para US\$ 4,9 bi em 2007, totalizando cerca de US\$ 19 bi desde a criação do PNT.
- Realizações em 2007: 163 milhões de viagens no mercado interno; R\$ 1,2 bi em infra-estrutura para 2.572 municípios; 152 mil pessoas qualificadas; 308 mil novos empregos e ocupações; R\$ 112,7 mi em promoção do Brasil no exterior.

Outras ações

- Lei Geral do Turismo: marco regulatório do setor, define a política para o turismo. Aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Voltou à Câmara em julho para aprovação de mudanças sugeridas durante tramitação.
- Programa Viaja Mais Melhor Idade (2ª fase lançada em mar/08): descontos para pessoas com 60 anos ou mais, aposentadas ou pensionistas.
 - Em 2008, vendidos 140 mil pacotes, superando a meta anual, de 50 mil. Na 1ª fase (ago a dez/07) foram 9 mil pacotes.
 - Portal de Hospedagem¹ (lançado em abr/08): mais de 1.600 meios de hospedagem credenciados que oferecem desconto de 50% nas diárias.

Mais informações www.turismo.gov.br/

¹ Em parceria com o Sebrae, o portal foi concebido para ser o mais completo guia on-line do setor: www.portaldehospedagem.com.br

PRONASCI

Articula políticas de segurança com ações sociais, prioriza a prevenção e busca atingir causas que levam à violência

Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci

- R\$ 6,7 bi a serem investidos até 2012 no combate ao crime e apoio a jovens ameaçados de cair na delinquência. Prevê a participação das comunidades.
- Prioridade a 15 regiões com maiores índices de violência e criminalidade que atingem jovens de 15 a 29 anos: regiões metropolitanas de Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília e entorno (DF, GO e MG), Curitiba (PR), Maceió (AL), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Paulo (SP); Vitória (ES); Fortaleza (CE); e Maranhão, Acre e Piauí.

Metas e realizações

- Força Nacional de Segurança Pública articulada com as polícias estaduais: 997 profissionais em oito estados¹.
- Criação de Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGIM): 73 dos 81 municípios prioritários com gabinetes em funcionamento, dos quais 55 com videomonitoramento e observatório.
- Cursos de formação para profissionais de segurança pública:
 - Bolsa Formação para policiais – até R\$ 400 mensais. Meta até 2012: 220 mil policiais. Realizado: 56,9 mil (jul/08).
 - Expansão da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp). Cadastradas 81 instituições de ensino superior.
 - Cursos de ensino a distância. Meta 2008: capacitação de 240 mil profissionais. 125 inscrições no 3º ciclo. 262 mil policiais estudando (jul/08).
- Plano habitacional, em parceria com a Caixa: abertura de crédito para compra de casa própria para policiais civis e militares, guardas municipais, bombeiros e agentes prisionais de baixa renda. Meta: 2.762 unidades. Entregues: 133 no RS e 15 em AL.
- Construção de pelo menos um presídio estadual em cada uma das 15 regiões prioritárias, disponibilizando, no mínimo, 46 mil vagas em quatro anos. Planos diretores do sistema penitenciário já concluídos em todos os estados.
- Integração do jovem em situação de risco e sua família aos programas sociais do governo federal: projetos Mulheres da Paz, Protejo e Reservista Cidadão.
- Recursos do PAC para obras de urbanização e melhoria da infra-estrutura nas comunidades do Pronasci.

Pronasci soma-se a outras medidas

- Fortalecimento da Polícia Federal.
- Construção de presídios federais: Catanduvas (SP), Campo Grande (MS) – ambos em funcionamento – , Mossoró (RN), Porto Velho (RO) e Brasília (DF).
- Sistema Único de Segurança Pública (Susp) regulamentado.
- Gabinetes de Gestão Integrada com estados: organizados 27 gabinetes.
- Criação da Coordenação de Operações Especiais de Fronteira.

Mais informações: <http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJF4F53AB1PTBRIE.htm>

¹ MA, RJ, DF e entorno, RR, PA, RO, MT e AL.

PROJOVEM

Mais de 850 mil vagas em 2008 para elevar o nível educacional, a qualificação profissional e a inclusão dos jovens

Desafio

- Brasil: 50,5 milhões de jovens entre 15 e 29 anos. Cerca de 4,5 milhões fora da escola, não concluíram o ensino fundamental e desempregados (PNAD 2006).

ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens¹

- Oferece oportunidades de elevação de escolaridade, qualificação profissional e desenvolvimento humano; articula, integra e amplia programas para juventude.
- Recursos: R\$ 5,2 bi até 2010. Em 2008, previstos cerca de R\$ 1,2 bi (LOA 2008).
- Meta até 2010: oferecer 3,5 milhões de vagas, em quatro modalidades:

ProJovem Adolescente

- Público: de 15 a 17 anos, de famílias beneficiárias do Bolsa Família, egressos ou em cumprimento de medidas socio-educativas ou de proteção, ou de programas de erradicação do trabalho infantil (Peti) ou de combate ao abuso e à exploração sexual.
- Oferece atividades socio-educativas durante 24 meses. Adicional de até dois benefícios de R\$ 30 por família do Bolsa Família.
- Finalizada primeira etapa de adesão, com 358,8 mil vagas em 2.348 municípios.

ProJovem Urbano

- Público: de 18 a 29 anos que sabem ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental.
- Objetivo: elevar escolaridade, com conclusão do ensino fundamental associada à qualificação profissional e à participação social e cidadã. Benefício de R\$ 100/mês, por até 20 meses.
- Meta 2008: 316.655 vagas em 102 municípios com mais de 200 mil habitantes em 22 estados. Matrículas em jun-jul e nov-dez/08.

ProJovem Campo/Saberes da Terra

- Público: agricultores familiares de 18 a 29 anos.
- Objetivo: elevar escolaridade, com conclusão do ensino fundamental e qualificação social e profissional, formação para desenvolvimento sustentável e solidário, em regime de alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade e calendário adaptado ao ciclo agrícola. Benefício: R\$ 100 a cada dois meses, durante 24 meses.
- Meta 2008: 35 mil jovens em 21 estados.

ProJovem Trabalhador

- Público: de 18 a 29 anos, desempregados, de famílias com renda per capita de até um salário mínimo.
- Prepara jovem para o trabalho. Benefício: R\$ 100/mês, por seis meses.
- Meta 2008: 147.076 jovens beneficiados, por meio de convênios com 32 municípios, oito estados e 30 entidades privadas sem fins lucrativos.

Mais informações: www.projovem.gov.br/

¹ Lei nº 11.692, de 10jun/08.

PAC FUNASA

Saneamento básico para pequenas comunidades, áreas quilombolas, indígenas, assentamentos e áreas de interesse epidemiológico

Características

- Implementado pelo Ministério da Saúde e Funasa¹. Investimentos: R\$ 4 bi até 2010.
- Até 7jul/08, selecionados 4.259 projetos (R\$ 3,3 bi); 2.468 contratados (R\$ 2,1 bi).
- Redes de água, esgoto, coleta de lixo e limpeza urbana. 180 obras já em andamento; 31 concluídas; 1.117 em preparação.
- Abastecimento de água, esgoto, melhoria sanitária e resíduo sólido: R\$ 1,8 bi (692.942 famílias, 735 municípios).

Comunidades quilombolas

- Metas: entre 2007/10, 380 comunidades (R\$ 170 mi, cerca de 50 mil famílias).
- Contratado: 54 municípios (R\$ 31,2 mi, 10.682 famílias, 120 comunidades).

Áreas indígenas

- Metas: elevar cobertura de abastecimento de água em 2.100 aldeias, de 62% para 90%, e dobrar a de esgoto, de 30% para 60%. Entre 2007/10: R\$ 200 mi.
- Executado: em 2007, R\$ 33,9 mi (183 municípios, 16.450 famílias). Contratado em 2008, R\$ 8,8 mi.

Áreas de interesse epidemiológico

- Doença de Chagas - meta: 622 municípios (R\$ 280 mi). 2007: 190 municípios (R\$ 79,3 mi). 2008: 123 municípios (R\$ 30,5 mi).
- Malária - meta: 31 municípios mais afetados na Amazônia. 2007-2008: 29 municípios (R\$ 108,3 mi, 96.892 famílias).

Municípios de até 50 mil habitantes

- Água - meta: 1.326 municípios (R\$ 1 bi). 2007: 252 municípios (R\$ 164,4 mi). 2008: 582 municípios (R\$ 480,5 mi).
- Esgoto - meta: 500 municípios (R\$ 1,2 bi). 2007: 120 municípios (R\$ 309,2 mi). 2008: 180 municípios (R\$ 479,5 mi).
- Melhoria sanitária domiciliar – meta: 500 municípios (R\$ 280 mi). 2007: 185 municípios (R\$ 109,4 mi). 2008: 241 municípios (R\$ 131,2 mi).
- Resíduos sólidos - meta: oito municípios da Bacia do São Francisco (R\$ 4,3 mi). 2008: três municípios (R\$ 1,7 mi).

Programa Nacional de Saneamento Rural (pequenas comunidades)

- Saneamento em comunidades de até 2.500 habitantes, assentamentos da reforma agrária, escolas rurais e reservas extrativistas.
- Meta: água e esgoto para 300 mil famílias e 889 escolas.
- Executado: em 2007, 289 escolas (R\$ 12,9 mi) e 656 comunidades (R\$ 53,9 mi). Total: 33.049 famílias beneficiadas.

Apoio ao controle da qualidade da água para consumo

- Objetivo: melhorar qualidade com a adoção de boas práticas de operação, manutenção e monitoramento dos sistemas de abastecimento.
- Meta: implantar 25 unidades regionais de controle. Investimentos previstos: R\$ 70 mi.
- Executado: Em 2007, 4 unidades (R\$ 6,7 mi).

¹ Funasa: atende municípios com até 50 mil habitantes e grupos sociais minoritários e estratégicos, como as comunidades especiais: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, assentados rurais e de reservas extrativistas do país.

POVOS INDÍGENAS

Resgate cultural, proteção das terras e inclusão social para mais índios

Características

- Orçamento: R\$ 114 mi para triênio 2008/2010¹.
- Ações desenvolvidas para garantir direitos, proteção das terras e promoção social dos índios, considerando as especificidades culturais e territoriais. Estruturam-se em torno de três programas, sob a coordenação da Funai:
 1. Proteção das Terras Indígenas: regularização fundiária, implantação de territórios indígenas da cidadania (Alto Rio Negro/AM, Cone Sul/MS e Raposa Serra do Sol-São Marcos/RR²), gestão ambiental e territorial, recuperação de áreas degradadas e proteção de povos isolados³.
 2. Promoção dos Povos Indígenas: documentação e valorização das línguas e do patrimônio cultural, implantação de três pontos de cultura e auto-sustentação econômica.
 3. Qualidade de vida: incluir os índios (aldeados e das zonas urbanas) nos programas sociais do Governo Federal⁴, observando as especificidades culturais da cada povo; promover o exercício do controle social.

Metas 2008 e realizações

- Demarcação de 39 terras: 12 concluídas, 17 iniciadas, oito em processo de licitação e duas impedidas por processos judiciais e conflito agrário. Meta até 2010: demarcação de 127 terras.
- Território da Cidadania do Alto Rio Negro (AM): implantado.
- Indenização e reassentamento de 3 mil famílias.
- Fomentar projetos econômicos de auto-sustentação dos povos em todas as regiões do país.
- Constituir parcerias com órgãos apoiadores para documentar e fortalecer 20 línguas indígenas ameaçadas de desaparecimento.
- Aprovar o projeto de lei do Conselho Nacional de Políticas Indigenistas (CNPI).
- Iniciar implementação de projeto do sistema de indicadores de qualidade de vida dos povos indígenas e gestão governamental.

Cenário atual

- Indígenas aldeados: 440 mil (estimativa).
- Etnias: 220.
- Línguas: 180.
- Referências de povos indígenas isolados: 63.
- Terras indígenas: 615 (12,5% do território nacional e 22% da Amazônia Legal).

Mais informações: www.funai.gov.br

¹ O orçamento inicial de R\$ 305 mi foi alterado devido ao contingenciamento.

² Raposa Serra do Sol e São Marcos são terras indígenas vizinhas e, por isso, compõem o mesmo território.

³ Povos que não têm contato com a sociedade e são preservados.

⁴ Bolsa Família, Benefício de Proteção Continuada (BPC), Cesta de Alimentos, Carteira Indígena, Cisternas, Luz para Todos e Salário-Maternidade.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Equiparação de oportunidades e ampliação de acessibilidade a serviço da inclusão social e da promoção de direitos de cidadania

Contexto

- Censo IBGE 2000: 25 milhões de brasileiros têm alguma deficiência; 70% vivem abaixo da linha da pobreza; 33% são analfabetos ou têm até três anos de escolaridade; 90% estão fora do mercado de trabalho.

Orçamento (2008-2010)

- R\$ 1,7 bi para ações voltadas a beneficiários do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social-BPC e alunos da educação básica.

Realizações

- Comitê Gestor estruturado e em funcionamento.
- Termo de Adesão: 13 estados e 48 municípios.
- Linha de financiamento pela Caixa para aquisição de recursos tecnológicos de uso pessoal¹ lançada: até R\$ 10 mil.
- Concessão de Órteses e Próteses²: implantação de oficinas ortopédicas e capacitação de profissionais em instituições de ensino e de pesquisa.
 - BNDES financiará, em coordenação com o MEC, implantação de oficinas nos Cefets³.
 - Unidades de referência⁴ em implementação: SE, MT, MG e PE.
- Acessibilidade nos transportes: veículos, estações, terminais e entorno das escolas:
 - Estações metro-ferroviárias: três em adaptação⁵. Meta 2008: 30.
- Acessibilidade nas escolas públicas de educação básica:
 - Projeto livro acessível⁶: R\$ 1,5 mi contratados pelo MEC.
 - Cadastro para inclusão escolar de crianças e adolescentes beneficiários do BPC. Apenas 21% têm acesso à escola.
 - Implantadas 625 salas de recursos multifuncionais em escolas públicas (máquina de escrever em braille, computador com software leitor de tela, scanner, dicionário digital em libras). Meta: mais 4.300 em 2008.
- Inserção no mercado de trabalho, garantindo o cumprimento da legislação⁷:
 - Realizado seminário com empresários buscando a conscientização sobre cotas para pessoas com deficiência, pelo Ministério do Trabalho, em jul/08.
 - Pactuada com BNDES linha de financiamento para empresários que desejem recursos para adequação no ambiente de trabalho.

Mais informações: http://www.mj.gov.br/corde/arquivos/pps/APRES_PLANALTO26-9.ppt

¹ Prótese, aparelho ortopédico, cadeiras de roda e banho, aparelho auditivo, impressora em braille, camas motorizadas, inaladores, andadores, calculadora especial, relógios em braille e falados, teclado especial, adaptação de veículos.

² Prótese é o dispositivo que substitui um membro, órgão ou parte dele, e órtese refere-se aos aparelhos ou dispositivos ortopédicos de uso externo, destinados a alinhar, prevenir ou corrigir deformidades ou melhorar a função das partes.

³ Centros Federais de Educação Tecnológica.

⁴ Unidades do SUS preparadas para atendimentos a pessoas com deficiência.

⁵ Fortaleza/CE, Recife/PE e Salvador/BA.

⁶ Livros com conteúdo e recursos adaptados a pessoas com deficiência.

⁷ Lei nº 8.213, de 24jul/91, determina reserva de 2% a 5% dos postos de trabalho nas empresas com 100 ou mais empregados.

MAIS CULTURA

Promover acesso à cultura e à diversidade

Objetivos

- Dar acesso a bens culturais e meios de expressão artística; promover a diversidade e a produção cultural local; e gerar emprego e renda.

Orçamento 2007-2010

- R\$ 4,7 bi: R\$ 2,2 bi da União e R\$ 2,5 bi em parcerias, contrapartidas, financiamentos e patrocínios.

Prioridade

- 2.615 municípios com menores IDH¹ e Ideb², abrangendo: beneficiários do Bolsa Família; regiões metropolitanas do Pronasci com maiores índices de homicídios; quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais, Territórios da Cidadania, regiões do semi-árido e da bacia do Rio São Francisco, BR-163; e 1.790 escolas.

Metas e realizações

- De 2003 a 2007 o Governo triplicou os recursos para o Ministério da Cultura e quadruplicou os recursos da Lei Rouanet.
- Pontos de Cultura: 742 pontos já implantados. Convênios com 24 estados e quatro municípios³ para instalação de 1.298 pontos. Meta 2008: dois mil pontos.
- Bibliotecas públicas: zerar déficit de municípios sem biblioteca.
 - Meta 2008: modernização da biblioteca do Pará (em andamento) e da Biblioteca Estadual do Rio de Janeiro.
 - Entregues os 300 primeiros kits para implantação de bibliotecas.
- Microprojetos Culturais – projetos culturais de até 30 salários-mínimos. R\$ 15 mi para seleção. Meta 2008: todos os municípios do semi-árido.
- Espaços Culturais Multiuso – projetos de qualificação de espaços culturais, em parceria com o Ministério das Cidades, em áreas de reurbanização do PAC Infra-estrutura. 17 propostas em análise.
- Programa do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart) – apoio à produção, divulgação e comercialização por três anos. 65 comunidades selecionadas.
- Linhas de crédito, microcrédito e patrocínio.
 - Amazônia Mais Cultura: lançado em 29abr/08, em parceria com o Basa⁴, financia produção cultural nos estados da Amazônia Legal.
 - Banco do Nordeste: duas linhas já criadas: Cresce Nordeste Cultura, para micro, pequenas, médias e grandes empresas culturais, e Crediamigo Cultural, pequenos empréstimos (até R\$ 2 mil) a empreendedores.
- Implantação de 11 Pontos de Memória⁵ em 2008.
- Assinados acordos de cooperação para a implementação do programa com 14 estados: MA, SP, BA, AP, AC, PA, RN, PE, PI, CE, RJ, SE, AL e MG.

Mais informações: <http://www.cultura.gov.br/site/2008/07/11/mais-cultura-para-o-brasil-e-o-povo-brasileiro-5/>

¹ Índice de Desenvolvimento Humano.

² Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

³ São Vicente (SP), Curitiba (PR), Campina Grande (PB) e Goiânia (GO).

⁴ Banco da Amazônia.

⁵ Museus comunitários.

CRIANÇA E ADOLESCENTE

Enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes é priorizada

Agenda Social - Criança e Adolescente

- Orçamento 2008-2010: R\$ 2,1 bi para implantação de quatro projetos e 47 ações, envolvendo 14 ministérios e cinco empresas estatais.

Metas e realizações

- Implantado Comitê Gestor com reuniões periódicas.
- Três grandes projetos:
 1. **Bem-me-quer:** enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes:
 - PAIR (Programa de Ações Integradas Referenciais): implantado em 92 municípios, sendo 11 em regiões metropolitanas do Pronasci.
 - “Depoimento sem dano” – sala para depoimentos à justiça específica de criança vítima de abuso sexual: implantado em quatro municípios e capacitação sobre o tema em outros nove.
 - Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte: já implantado em sete estados. Meta para 2008: ampliar para 11 estados.
 - Criação de Escolas de Conselhos de Direitos e Tutelares¹: convênios para seis escolas, envolvendo 45 municípios.
 2. **Caminho para Casa:** promover direito à convivência familiar e comunitária, re-inserindo em suas famílias crianças e adolescentes abrigados.
 - Lançado o Cadastro Nacional de Adoção, em parceria com o CNJ²:
 - Implantação de serviços de Famílias Acolhedoras³.
 - Auxílio financeiro de R\$ 1,5 mil às famílias para retorno de filhos abrigados.
 - Moradias coletivas para adolescentes abrigados em transição à autonomia.
 3. **Na Medida Certa:** implantar o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), voltado para adolescentes em conflito com a lei:
 - Construção de unidades de internação com novos padrões arquitetônicos: pequenos alojamentos que minimizam sensação de confinamento. Três unidades em construção; outras três em reforma. Meta 2008: iniciar construção de mais nove e a reforma de outras dez.
 - Financiamento da construção de quadras esportivas em 20 unidades.
- Observatório: portal com informações sobre políticas públicas dos direitos humanos de crianças e adolescentes em andamento. Lançamento previsto para setembro de 2008.
 - O portal conterá informações sobre a agenda social e seu andamento e acompanhamento dos pactos com os estados e municípios.

Mais informações: www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/arquivos/spdca/agenda_social.pdf

¹ Formação dos conselheiros de direitos e tutelares.

² Conselho Nacional de Justiça.

³ Famílias que abrigam, temporariamente, crianças vítimas de violência doméstica ou negligência, enquanto pais recebem atenção social e psicológica.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Plano de ação: inovar e investir para crescer

Prioridade I – expansão e consolidação do Sistema Nacional de C,T&I¹

- Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, instituído em 17jul/08, com o objetivo de reformular o sistema de fomento federal para o setor: R\$ 270 mi para os próximos três anos.
 - Instituições científicas de excelência, articuladas com grupos de pesquisas e laboratórios associados.
 - Recursos repassados por meio de convênios com duração de cinco anos.
- Cooperação Internacional: dois editais lançados pelo CNPq para seleção de projetos:
 - Programa Sul-Americano de Apoio às Atividades de Cooperação em Ciência e Tecnologia (Prosul): valor total de R\$ 2 mi.
 - Programa de Cooperação Temática em Matéria de Ciência e Tecnologia (ProÁfrica): valor global de R\$ 1 mi.

Prioridade II – promoção da inovação tecnológica nas empresas

- Financiamento a empresas (Finep) – R\$ 183,3 mi contratados em 2008 (até julho): R\$ 60 mi a mais que mesmo período em 2007. Liberados R\$ 290,5 mi: R\$ 100,4 mi acima do realizado no mesmo período do ano passado.
- Criado o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada, vinculado ao MCT²: R\$ 250 mi para soluções em eletrônica e tecnologias da informação.

Prioridade III – P,D&I³ em áreas estratégicas

- Programa Nuclear Brasil e Argentina – aprovados projetos prioritários de cooperação e integração pela Comissão Binacional de Energia Nuclear.
- Lançado pelo Inpe⁴ o Sistema de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Sismaden): controle, recuperação, armazenamento e processamento de informações hidrometeorológicas e ambientais.
- Aquisição de supercomputador⁵ pelo Inpe: R\$ 35 mi para desenvolvimento de modelo próprio de estudo de mudanças climáticas.
- Construção da segunda maior torre de medição meteorológica do mundo: firmado convênio entre Inpa⁶ e Inbra para concessão da área do projeto Torre Alta de Observação da Amazônia, em parceria com a Alemanha.

Prioridade IV – C,T&I para o desenvolvimento social

- Brasil na 49ª Olimpíada Internacional de Matemática (jul/08): 16ª posição do ranking mundial entre os 103 países participantes: cinco medalhas de prata e uma de bronze.
- Inaugurada Estação Ciência Cultura e Artes da Prefeitura de João Pessoa, com prédios projetados por Oscar Niemeyer: R\$ 3 mi do MCT.

Mais informações: www.mct.gov.br/index.php/content/view/66448.html

¹ Ciência, Tecnologia e Inovação.

² Ministério da Ciência e Tecnologia.

³ Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

⁴ Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

⁵ Um dos quatro maiores do mundo.

⁶ Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

QUILOMBOLAS

Melhoria da qualidade de vida e valorização da cultura afro-brasileira

Objetivos

- Viabilizar acesso à terra, saúde, educação, construção de moradias, eletrificação, recuperação ambiental, incentivo ao desenvolvimento local e assistência social a famílias quilombolas.

Metas

- Atender, até 2010, 1.739 comunidades, localizadas em 22 estados, 330 municípios e 120 territórios rurais¹, beneficiando cerca de 50% do universo de 1,7 milhão de quilombolas.
- Prioridade em 2008: comunidades inseridas nos Territórios da Cidadania.
- Concluir 713 relatórios, determinantes para regularização fundiária², das 1.170 certidões de auto-reconhecimento expedidas. 2008: finalizar 220 relatórios.
- Água potável encanada e melhorias sanitárias domiciliares para 548 comunidades. Meta 2008: atender 137 comunidades.
- Material didático: 280 mil exemplares sobre história e cultura africana e afro-brasileira.
- Capacitação de 5.400 professores da rede pública do ensino fundamental.
 - “A Cor da Cultura”: três mil educadores já capacitados.
- Construção de 950 salas de aula. 2008: construção de 296 salas.
- Acesso a programas sociais. Meta 2008: Luz para Todos em 15 mil domicílios e Saúde da Família e Saúde Bucal em 137 comunidades.
- Recuperação ambiental das 55 comunidades ribeirinhas atingidas pelas obras de integração de bacias do Rio São Francisco.
- Fomento à inclusão produtiva: ações de desenvolvimento local e etno-desenvolvimento. Meta 2008: atender 390 comunidades.

Realizações

- Instalados comitês gestores locais do Programa em três estados (PI, AM, RJ).
- Lançado edital inédito de seleção de projetos³ voltados às comunidades quilombolas: R\$ 5 mi.

Ações Afirmativas

- Cotas raciais nas universidades: 23 universidades federais, 25 estaduais e três Cefets⁴ já implementaram.
- Parceria com Pronasci: atendimento de jovens em situação de vulnerabilidade social nos centros urbanos: R\$ 5,4 mi até 2010 (2008: R\$ 1,8 mi).
- Parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego: qualificação profissional e escolarização de empregadas domésticas: projeto piloto atendeu 210 mulheres em 7 cidades. Meta: atendimento a 2.100 mulheres em 30 cidades.

Mais informações:

http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/copy_of_acoes/Principal.2007-11-18.0317/principalfolder_view/

¹ Programa preexistente que abrange áreas que não fazem parte dos Territórios da Cidadania.

² O título definitivo é expedido pelo Incra.

³ Projetos de fortalecimento da capacidade técnica e operacional das organizações e comunidades quilombolas; de fortalecimento ao controle social, de apoio à organização comunitária e ao protagonismo das Mulheres e Jovens Quilombolas.

⁴ Centros Federais de Educação Tecnológica.

MAIS SAÚDE

Melhoria no acesso, modernização da gestão e promoção de pesquisa e capacitação profissional

Promoção à saúde

- Redução média de 24% nos resgates do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu desde a entrada em vigor da Lei Seca, que determina punições a motoristas que dirigem após o consumo de bebidas alcoólicas¹.

Atenção à saúde

- Farmácia Popular do Brasil: implantadas 460 farmácias, ultrapassando em 15% meta para 2008. Meta global de 500 farmácias para 2011 será atingida até final de 2008.
- “Aqui Tem Farmácia Popular”: 6.155 farmácias da rede privada credenciadas ao SUS. Meta para 2011: 19.400.
- Samu: 1.270 unidades, sendo 994 Unidades de Suporte Básico – USB – e 276 Unidades de Suporte Avançado – USA. Presente em 1.102 municípios (abrangem 101,3 milhões de habitantes ou 53,4% da população brasileira).
- Sistema Nacional de Transplantes: estruturados quatro bancos de pele/tecidos/ossos, cordão umbilical e válvulas cardíacas (13 previstos até 2011).
- Rede de Doadores de Medula Óssea (Redome): em dez/03, 40 mil doadores inscritos; em jun/08, 720 mil doadores. Meta de 420 mil para 2008-2009 superada. Meta para 2011: 920 mil doadores.

Participação e controle social

- Inclusão Digital dos Conselhos: 5.564 conselhos municipais de saúde, 26 conselhos estaduais de saúde, mais DF, foram contemplados com 5.625 computadores, 6.611 impressoras a laser, 2.311 estabilizadores, 300 no-breaks, 5.611 webcams e 2.184 kits canal saúde.

Qualificação da Gestão

- Mais Saúde – Agenda Estratégica 2008-2011: firmados compromissos com secretarias e entidades do Ministério da Saúde para cumprimento de metas e resultados.
- Acompanhamento dos resultados e metas alcançadas: serão firmados contratos de desempenho com gestores estaduais e municipais de saúde.

Força de trabalho em saúde

- Construção do prédio da Escola de Governo em Saúde, em Brasília, em andamento. Conclusão prevista para 2011. Pedra fundamental lançada em 14nov/07.

Alguns resultados: Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde na pág. 70.

Mais informações: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/pacsauade/>

¹ Fonte: MS/SAS/CGUE - Percentual de redução de chamadas do Samu - período 20jun a 10 jul/08.

DOCUMENTAÇÃO CIVIL BÁSICA

Erradicar sub-registro de nascimento no país e expandir o acesso à documentação básica

Agenda Social - Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica

- Objetivo: erradicar sub-registro de nascimento¹ e expandir acesso à documentação básica (CPF, RG e carteira de trabalho).
- Orçamento 2008-2010: R\$ 101,6 mi.
- Prioridade: Amazônia Legal; povos indígenas e populações tradicionais (quilombolas, ciganos, ribeirinhos); trabalhadores rurais, moradores de rua, catadores de materiais recicláveis; pessoas de baixa renda, idosos e crianças em abrigos; municípios com índice de sub-registro acima de 25%, municípios sem cartórios ou com postos de atendimento muito distantes.
- Ações dão continuidade ao Plano Nacional para o Registro Civil de Nascimento, lançado em 2004. Em quatro anos, diminuiu o índice nacional de sub-registro de 20,9% em 2002 para 12,7% em 2006.

Realizações

- Já aderiram ao compromisso nacional 19 estados.
- Mobilização para registro civil² e campanhas de TV e rádio:
 - Realizadas na Amazônia Legal e no Piauí: 300 municípios dos Territórios Rurais da Cidadania.
 - Iniciadas junto aos povos indígenas do MS e AM.
- Ampliação da rede de emissão de documentos e aprimoramento da infra-estrutura:
 - Adquiridas duas unidades móveis do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR); uma em funcionamento (PA). Mais 28 em licitação.
 - Mutirões do PNDTR: 195 municípios, 97.692 documentos emitidos para 38.859 trabalhadoras.
 - Iniciados os serviços itinerantes fluviais de registro civil³ para povos indígenas e ribeirinhos.
 - Implantados 435 pontos de emissão de Carteira de Trabalho. Outros 129 serão implantados até o final de 2008.
- Criação do Sistema Informatizado de Registro Civil e do Banco de Dados Nacional de Pessoas Registradas:
 - Criado Grupo de Trabalho Intersectorial - GTI que envolve a SEDH⁴; Conselho Nacional de Justiça; Arpen⁵; Anoreg⁶; IBGE; Ministérios da Justiça, do Planejamento, da Saúde e da Previdência Social; INSS e Dataprev.
 - Concluído estudo do Projeto de Informatização do Sistema de Registro Civil, a partir da atuação do GTI.

Mais informações: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/promocaodh/ld_rcn/

¹ Situação das crianças com até um ano de idade, sem registro de nascimento.

² Série de atividades buscando identificar pessoas sem documentação.

³ Em parceria com a Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania do Amazonas.

⁴ Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

⁵ Associação dos Registradores de Pessoas Naturais.

⁶ Associação dos Notários e Registradores do Brasil.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Maior programa focado em áreas rurais pobres já implementado no país combina políticas de geração de oportunidades e políticas sociais

Características

- Dois milhões de beneficiários: agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, famílias de pescadores e comunidades tradicionais.
- Meta: 120 territórios até 2010 (60 em 2008).
- Em 2008: previstos R\$ 12,9 bi, 177 ações de 15 ministérios/órgãos, nos 60 territórios implantados (envolvendo 958 municípios).

Objetivos

- Combate à pobreza rural; inclusão produtiva; planejamento e integração de políticas públicas; universalização de programas básicos de cidadania; ampliação da participação social.

Eixos estruturantes

1. Apoio a atividades produtivas: assistência técnica, crédito, seguro, comercialização, programa de biodiesel.
2. Cidadania e direitos: educação, saúde, cultura, documentação, cisternas.
3. Infra-estrutura: saneamento básico, habitação, estradas, eletrificação rural, licenciamento ambiental.

Critérios de seleção

- Menor IDH¹; maior concentração de agricultores familiares, assentamentos da reforma agrária e comunidades tradicionais; maior número de beneficiários do Bolsa Família; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social; pelo menos um território por estado.

Implantação

- Agendas de mobilização e debates: 13.758 participantes em 236 eventos, com representantes de prefeituras, governos federal e estaduais e sociedade civil.
- Comitês de articulação estadual implantados em todos os estados.
- Protocolos de cooperação federativa, de pactuação com governo estadual e municípios, assinados em 21 estados².
- Atualmente, está em fase de conclusão a apresentação dos Planos Territoriais de Ações Integradas aos Colegiados Territoriais³.
- Em discussão, incorporação dos agentes financeiros e de fomento: BNDES, BB, Caixa, Basa e BNB⁴.

¹ Índice de Desenvolvimento Humano.

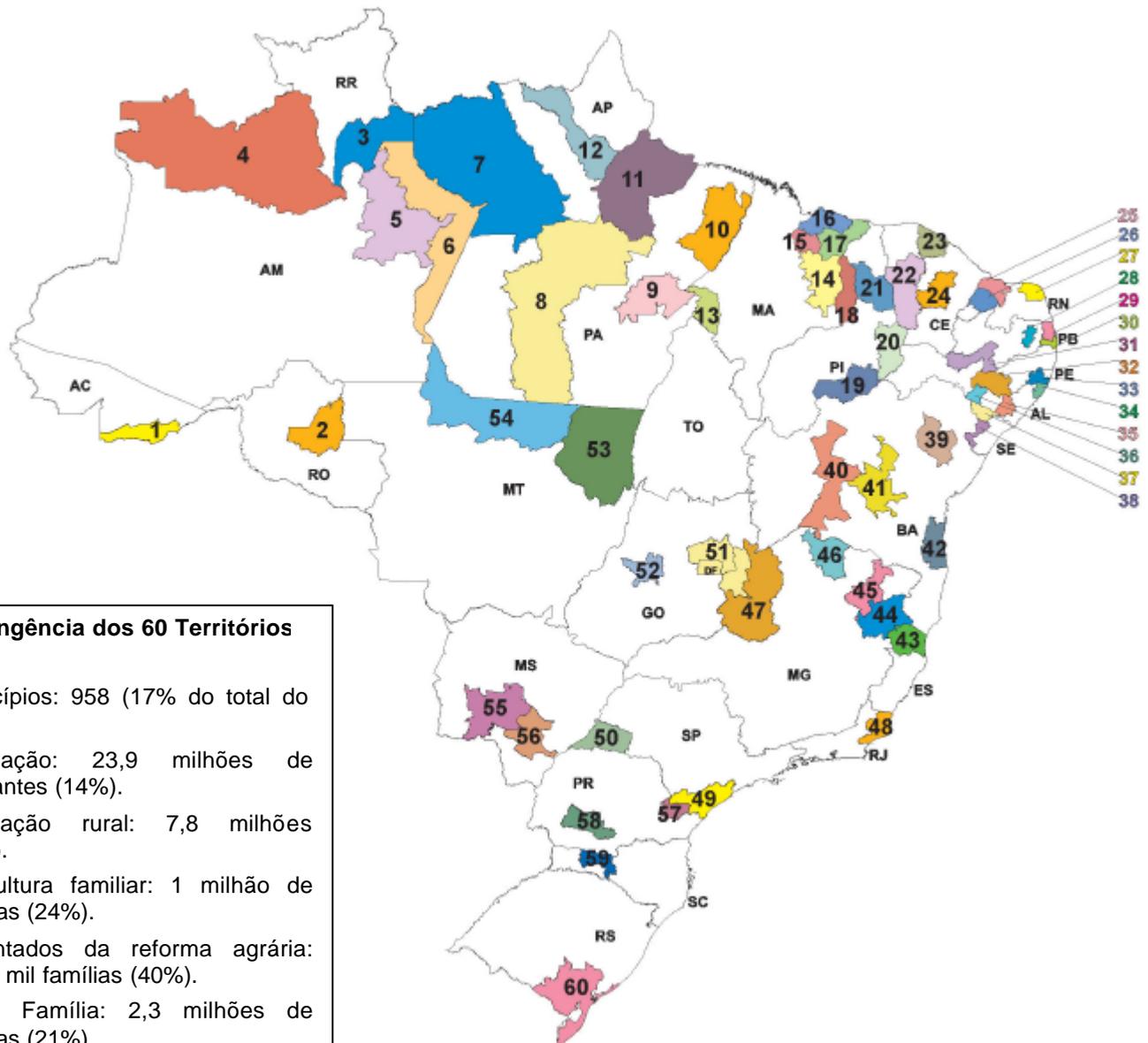
² Faltam: AC, GO, MA, RO, RR e SP.

³ Formado por representantes dos governos federal, estadual e municipal e representantes da sociedade.

⁴ BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; BB – Banco do Brasil; Caixa; Basa – Banco da Amazônia; BNB – Banco do Nordeste do Brasil.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Os 60 Territórios



Abrangência dos 60 Territórios

- Municípios: 958 (17% do total do País).
- População: 23,9 milhões de habitantes (14%).
- População rural: 7,8 milhões (27%).
- Agricultura familiar: 1 milhão de famílias (24%).
- Assentados da reforma agrária: 319,4 mil famílias (40%).
- Bolsa Família: 2,3 milhões de famílias (21%).
- Comunidades quilombolas: 350 (37%).
- Terras indígenas: 149 (25%).
- Pescadores: 127,1 mil famílias (33%).

Mais informações: www.territoriosdacidadania.gov.br/

REFORMA TRIBUTÁRIA

Proposta em debate no Congresso Nacional racionaliza sistema tributário e amplia potencial de crescimento do país

Principais medidas propostas

- Extinção, no segundo ano após aprovação, de cinco tributos federais. Quatro (Cofins, PIS/Pasep, Cide-Combustíveis e Contribuição para o Salário-Educação) serão substituídos por novo imposto sobre o valor adicionado (IVA-F) e o quinto (CSLL) será incorporado ao IR de pessoas jurídicas.
- Unificação das 27 legislações estaduais do ICMS, com extinção do atual imposto e criação do “Novo ICMS”.
- Fim da guerra fiscal: cobrança do Novo ICMS no estado de destino. Redução progressiva da alíquota na origem, completando-se o processo no 8º ano após aprovação da reforma. Será mantida alíquota de 2% para estado de origem.
- Criação do Fundo de Equalização de Receitas (FER) para compensar estados por eventuais perdas de receitas decorrentes da reforma.
- Redução de 20% p/ 14% da contribuição de empregadores para Previdência Social, com queda de 1 p.p./ano, a partir do 2º ano após aprovação da reforma.
- Redução gradual, até eliminação completa, do prazo para apropriação dos créditos de impostos pagos na aquisição de bens de capital.
- Ampliação da desoneração da cesta básica no momento da criação do IVA-F e do Novo ICMS.
- Aperfeiçoamento da Política de Desenvolvimento Regional, com a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e o aumento de recursos destinados a todas as regiões.
- Financiamento de programas públicos com porcentagem da receita do IR, IPI e IVA-F para cada área cuja fonte de financiamento está sendo extinta.
- Ampliação da base de partilha federativa para base ampla de tributos, que inclui o IR, o IVA-F e o IPI¹.
- Novo critério de partilha municipal do ICMS por lei complementar.

Impactos

- Melhores condições de crescimento e competitividade das empresas com desoneração de investimentos e exportações, simplificação do sistema e desoneração da folha de salários.
- Aumento da formalidade, desoneração da cesta básica e maior transparência.
- Aumento de receita de estados e municípios com fim da guerra fiscal. Com mecanismos de compensação, nenhum estado será prejudicado.
- Impacto sobre PIB estimado em, no mínimo, 10% após transição. Espera-se que PIB brasileiro cresça 0,5 p.p./ano a mais do que cresceria sem a reforma.

Tramitação da proposta no Poder Legislativo

- PEC 233/2008 encaminhada ao Congresso Nacional em 28fev/08.
- Apensada a PEC 31/2007 em 22abr/08.
- Encerradas as audiências públicas na Comissão Especial da Reforma Tributária. Expectativa é de que seja votada ainda em 2008.

Mais informações:

www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2008/fevereiro/Cartilha-Reforma-Tributaria.pdf

¹ A despeito de neutra em relação ao montante de recursos transferidos a estados e municípios, medida melhora qualidade das relações federativas, ao deixar claro que qualquer aumento de receita da União será partilhado, ao contrário do que ocorre hoje com as contribuições sociais.

MULHERES

Mais cidadania para mais brasileiras

Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher

- Lançado em ago/07, na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Articula ações de 13 ministérios e secretarias especiais para implementação entre 2008 e 2011. Investimento total: R\$ 1 bi.
- Unidades da federação prioritárias ao Pacto Nacional em 2008: AM, BA, CE, ES, PA, PE, RJ, RS, SP, TO, MG e MS.
- Pacto em andamento:
 - 113 projetos para financiamento apresentados até jun/08, no valor de R\$ 25,6 mi, visam atender 491 serviços da Rede de Atendimento à Mulher em oito estados (CE, PE, ES, BA, MA, RS, MG e RJ).
 - Enfrentamento ao tráfico de mulheres: negociação do Projeto Mercosul de instalação dos Centros de Acolhimento às vítimas em fronteiras secas com países do bloco.
 - Mutirão Nacional de Revisão Processual nos estabelecimentos penais femininos: início em ago/08. Nesta etapa atingirá cerca de 64% das detentas do país.
 - Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180: serviço de utilidade pública para orientar mulheres em situação de violência. De jan-jun/08, a Central realizou 121.424 atendimentos, aumento de 107% em relação a jan-jun/07.

II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM

- Lançado em mar/08. Resulta da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, de ago/07, cuja elaboração envolveu diretamente cerca de 200 mil mulheres em conferências municipais e estaduais, em todas as unidades da federação.
- Em 2008, os Estados da Bahia e do Maranhão lançaram seus Planos Estaduais de Políticas para as Mulheres.

II PNPM em andamento

- Trabalho e Empreendedorismo da Mulher – iniciado em 2007, no Rio de Janeiro, o programa, que capacita mulheres visando geração de renda, estende-se ao Distrito Federal e Santa Catarina, com assinatura dos convênios em jul/08. No Distrito Federal, programa atenderá 1,6 mil mulheres e gestores públicos¹ em Samambaia, Taguatinga, Paranoá e Sobradinho.
- Programa Gênero e Diversidade na Escola: no primeiro edital lançado pela Universidade Aberta do Brasil/MEC, 28 universidades estaduais e federais apresentaram-se para oferecer curso de capacitação em gênero, raça/etnia e sexualidade a cerca de 14 mil professores da educação básica.

Mais informações: www.spmulheres.gov.br

¹ Parceria com as Secretarias de Estado do Trabalho e do Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do DF, Sebrae, Ibam – Instituto Brasileiro de Administração Municipal e BPW-Brasil – Federação das Associações das Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil.

PAC – EMBRAPA

Novos desafios da pesquisa agrícola poderão ser enfrentados pela instituição e pelas organizações estaduais

Objetivos

- Diminuir desigualdades regionais por meio do fortalecimento da produção agrícola, com sustentabilidade econômica, social e ambiental.
- Contribuir para país consolidar posição de líder em agricultura tropical na produção de alimentos, fibras e energia.
- Estabelecer novos paradigmas para conhecimento agrícola em áreas estratégicas, como biotecnologia, mudanças climáticas e nanotecnologia.

Recursos

- R\$ 913,6 mi para pesquisa agropecuária (até dez/10): R\$ 650 mi investidos diretamente na Embrapa e R\$ 263,6 mi repassados, mediante contrapartida, a organizações estaduais que integram o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA)¹, coordenado pela Embrapa.
- Totalidade dos recursos programados para 2008 (R\$ 119,1 mi) liberada em jul/08: R\$ 88,7 mi diretamente para a Embrapa e R\$ 30,4 mi para organizações estaduais de pesquisa.

Metas

- Até 2010: 10 projetos com 88 metas tecnológicas e institucionais.
- Em 2008: 112 projetos de pesquisa prioritários.
- Metas tecnológicas:
 - Revitalização das organizações estaduais de pesquisa agropecuária.
 - Uso do monitoramento por satélite de obras civis, como instrumento de gestão do PAC.
 - Temas prioritários: agroenergia; alimentos seguros; promoção da agricultura sustentável na Amazônia; agricultura familiar; nanotecnologia; aproveitamento de recursos naturais.
- Metas institucionais:
 - Três novos centros de pesquisa em macropólos de desenvolvimento regional (MA, TO e MT);
 - Braço privado da empresa, a Embrapa Participações.
 - Ampliação da Embrapa Internacional.

Realizações

- Criadas unidades da Embrapa na África (2006) e na Venezuela (2008).
- Ampliação de presença em laboratórios nos EUA e Europa (Inglaterra em 2008).

Ampliação do quadro de pesquisadores

- Contratação de 750 pesquisadores e 460 profissionais de suporte à pesquisa em três anos.

Mais informações: www.embrapa.gov.br

¹ http://www.embrapa.br/a_embrapa/snpa

PLANO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

Novo modelo de desenvolvimento para região busca superar exploração predatória dos recursos naturais

Características

- Beneficiários: toda população brasileira e, especialmente, 24 milhões de habitantes da Amazônia brasileira.
- Abrangência: estados do AC, AP, AM, MA, MT, PA, RO, RR e TO.
- Elaborado a partir de 2003, de forma interativa entre os governos federal, estaduais e representações da sociedade, por meio de encontros e consultas públicas com ampla participação e representatividade.

Objetivo geral

- Elevar nível de vida da população, com implantação de modelo que valorize o patrimônio natural e aporte investimentos em tecnologia e infra-estrutura, para viabilizar atividades econômicas dinâmicas e inovadoras, compatíveis com o uso sustentável de recursos naturais e a preservação dos biomas.

Eixos estruturantes

1. Ordenamento territorial e gestão ambiental.
2. Produção sustentável com inovação e competitividade.
3. Infra-estrutura para o desenvolvimento sustentável.
4. Inclusão social e cidadania.

Compromissos dos governos federal e estaduais

- Promover desenvolvimento sustentável com valorização da diversidade sócio-cultural e ecológica e redução das desigualdades regionais.
- Ampliar presença do Estado; integrar ações dos três níveis de governo, da sociedade e de setores empresariais.
- Garantir soberania nacional, integridade territorial e interesses nacionais.
- Combater desmatamento ilegal, garantir conservação de biodiversidade, recursos hídricos e mitigar mudanças de clima.
- Promover utilização de áreas já desmatadas com aumento da produtividade e recuperação da floresta.
- Implementar o ZEE¹ e acelerar regularização fundiária.
- Aprimorar e ampliar crédito e apoio a atividades e cadeias produtivas sustentáveis.
- Reestruturar, ampliar e modernizar sistema multimodal de transportes, sistema de comunicação e estrutura de abastecimento.
- Promover utilização sustentável de potencialidades energéticas e expansão de infra-estrutura de transmissão e distribuição.
- Incentivar e apoiar pesquisa científica e inovação tecnológica.
- Melhorar e ampliar acesso a serviços públicos em áreas urbanas e rurais.
- Assegurar direitos territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais e equidade social (gênero, geração, raça, classe social e etnia).

¹ Zoneamento Ecológico-Econômico.

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

Investir e inovar para promover o crescimento

Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP

- Eixos: ampliação do investimento, da inovação e das exportações:
 1. Ações sistêmicas: focadas em fatores geradores de externalidades positivas para a estrutura produtiva nacional.
 2. Programas estruturantes: voltados para setores ou complexos produtivos. Inicialmente, desenvolvidos programas para 25 setores.
 3. Destaques estratégicos: micros e pequenas empresas, regionalização, integração produtiva com a América Latina e Caribe e com a África, desenvolvimento sustentável, exportações.

Metas para 2010

- Ampliar investimento de 17,6% para 21% do PIB; investimentos privados em P&D¹ de 0,51% para 0,65% e participação no comércio mundial de 1,17% para 1,25%.
- 10% a mais de pequenas e microempresas exportadoras (em 2006 eram 11.792).

Instrumentos

- Incentivos fiscais, crédito e subvenção econômica, poder de compra governamental, regulação técnica, econômica e concorrencial e apoio técnico: certificação, metrologia, promoção comercial, gestão da propriedade intelectual, capacitação empresarial, recursos humanos e outros.

Recursos

- R\$ 210,4 bi de financiamento do BNDES²; R\$ 41,2 bi do PAC - C&T; e desonerações de cerca de R\$ 20 bi (2008-2011).

Ações já realizadas

- 23 medidas de desoneração, inovação e exportações: 20 delas aprovadas na Câmara (MP 428/07), aguardando votação no Senado.
- Proex³: orçamento ampliado de R\$ 500 mi para R\$ 1,3 bi; extensão do prazo de financiamento (um ano) para setores intensivos em mão-de-obra; alteração de critérios de enquadramento para empresas com faturamento de até R\$ 150 mi; e ampliação do limite (e inclusão do setor automotivo) para operações *intercompanies*⁴ (US\$ 20 mi por empresa).
- Eliminação de IOF nas operações do BNDES e Finep⁵; redução de IPI para alguns bens de capital; dedução em dobro no IR de despesas com capacitação (empresas de software, TI e comunicação); maior prazo de recolhimento do IPI do setor automotivo (de dez para 30 dias); suspensão de PIS/Cofins na aquisição de combustível para embarcações de grande porte (navegação de cabotagem).
- Instalada estrutura de governança do PDP (28jul/08): secretaria executiva (acompanhamento), cinco coordenações (formulação) e 32 comitês executivos (executores).

Mais informações: <http://www.desenvolvimento.gov.br/pdp/>

¹ Pesquisa e Desenvolvimento.

² Para capital físico e P&D na indústria e serviços.

³ Proex: Programa de Financiamento às Exportações, do Governo Federal.

⁴ Operações intra-firmas, ou seja, entre matriz e filial e vice-versa.

⁵ Financiadora de Estudos e Projetos, empresa vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

MAIS ALIMENTOS

Combate à inflação com salto de produtividade da agricultura familiar

Oportunidade

- Programa visa enfrentar alta recente do preço dos alimentos aumentando a produção da agricultura familiar, com mais investimento, conhecimento e comercialização. Meta: produzir mais 18 milhões de toneladas/ano até 2010.
- Brasil é dos poucos grandes produtores mundiais com perspectivas de aumento de produção acima da demanda interna (pode exportar excedentes), por aumento de área plantada ou por aumento de produtividade.
- Entre as safras 2000/01 e 2007/08, mundo apresentou déficit (diferença entre produção e consumo) de 176,3 milhões de ton de grãos, enquanto o Brasil apresentou superávit de 149,4 milhões.

Mais investimento

- Linha especial de crédito para investimento de longo prazo (dez anos): até R\$ 100 mil (até três anos de carência), taxa de 2% ao ano e seguro pelo PGPAF¹.
- Metas: safra 2008/2009 – 300 mil produtores e investimento de R\$ 6 bi. Até 2010: um milhão de produtores e investimento de R\$ 25 bi.
- Aumento da mecanização:
 - acordo com Anfavea² prevê desconto de 15% na aquisição de tratores para agricultura familiar. Meta: 60 mil tratores em três anos.
 - Acordo com Abimaq³: entrega de implementos agrícolas a preços especiais.
 - Possibilidade da utilização do mecanismo de registro de preços⁴ para regular preços de outros insumos.
- Mais investimentos em melhoria de solo, pastagens, sementes e genética.

Mais conhecimento

- Nova Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater): em cinco anos, recursos ampliados e sistema reestruturado.
 - Um milhão de agricultores assistidos, com aumento dos extensionistas para 30 mil profissionais e atendimento sistêmico da propriedade;
 - Organização por cadeia produtiva, focada em gestão e inovação, com flexibilidade para operar com diversos agentes (públicos, cooperados, privados).

Mais comercialização

- Estoques reguladores e de segurança alimentar para antecipar crises de oferta.
 - Correção dos preços mínimos: feijão, arroz, trigo, mandioca, milho e leite.
 - Ampliação da estrutura de armazenagem pública e das cooperativas.

Mais informações: <http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/1872>

¹ Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar.

² Anfavea: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

³ Abimaq: Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos.

⁴ Conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras (Dec 3.931/01, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, previsto na Lei 8.666/93).

MAIS PESCA E AQUICULTURA

Levar o pescado para a mesa de mais brasileiros e estimular a modernização do setor por meio de qualificação e ampliação de crédito

Fortalecimento institucional

- Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca é transformada em Ministério (29jul/08).

Plano de Desenvolvimento Sustentável da Pesca 2008-2011

- Representa mais uma resposta do país à crise mundial de alimentos.
- Objetivos: fomentar produção de pescado, gerar emprego e renda, estimular consumo e melhorar condições sociais e de trabalho de pescadores artesanais.
- Meta: aumentar produção de pescado em 40%, de um para 1,4 milhão de ton/ano.
- **Investimento total de R\$ 1,7 bi.**

Infra-estrutura

- Implantação de 120 Centros Integrados de Pesca Artesanal e Aquicultura¹, 20 terminais pesqueiros públicos² e reforma de 25 acessos aquaviários: facilitar comercialização e oferta direta do pescado a consumidores, a preços razoáveis.

Apoio às atividades pesqueira e aquícola

- Incentivo à pesca oceânica: créditos de R\$ 1,5 bi até 2011 (Programa de Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira – Profrota), com juros de 7% a 12% ao ano, e até 18 anos para quitação.
- Assistência técnica e extensão aquícola e pesqueira a 400 mil profissionais.
- 240 estudos e projetos de fomento tecnológico para sustentabilidade.
- Capacitação de 20 mil aquícultores e pescadores em produção, beneficiamento, comercialização e gestão de empreendimentos produtivos.
- Fomento: apoio a organizações, feiras e capacitação de merendeiras para manipulação de peixe em 150 municípios.

Desenvolvimento sustentável – pesca e aquícultura

- Emancipação: até 2011, 50 mil matriculados no Programa de Educação de Jovens e Adultos do MEC, duas mil matrículas em cursos técnicos e cerca de 100 mil pescadores alfabetizados pelo Projeto Pescando Letras.
- Apoio à renovação da frota artesanal em 40 localidades e ampliação da oferta de diesel subsidiado para embarcações pesqueiras.
- Controle de sanidade aquícola em 15 mil propriedades de 50 municípios.
- Demarcação de 40 reservatórios da União para criação de pescado em cativeiro e implantação de Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura³ (13 estados).
- Envolvimento das 27 unidades da federação na promoção de princípios e condutas responsáveis para a produção.

Gestão da informação

- Implantação do Sistema de Gestão⁴ e do Registro Geral da Pesca⁵; consolidação de estatísticas anuais e ampla divulgação das políticas.

¹ Também conhecidos como Cipar, reúnem atividades de organização da produção e capacitação de pescadores.

² Locais em que produtores e consumidores poderão negociar diretamente, excluindo a figura do atravessador.

³ Maricultura: cultivo de organismos marinhos em seus habitats naturais, geralmente com objetivos comerciais.

⁴ Trata-se de um sistema informatizado que contemplará todos os programas do Ministério.

⁵ Registra profissionais de todas as categorias ligadas à pesca e aquícultura, desde o pescador profissional até o aprendiz.

3 – TEMAS SETORIAIS E ATUALIDADES

Índice

Tema	Página
1. Rodada Doha	46
2. Fundo Soberano do Brasil	47
3. Indústria Naval	48
4. Portos	49
5. Inflação e Alimentos	50
6. Emprego	51
7. Justiça	52
8. Previdência Social	53
9. Combustíveis	54
10. Energia Elétrica	55
11. Reforma Agrária	56
12. Mudança no Campo	57
13. Agricultura e Pecuária	58
14. Integração Nacional	59
15. Projeto São Francisco	60
16. Saneamento	61
17. Desmatamento e Aquecimento	62
18. Relação com Municípios	64
19. Relação com Estados	65
20. Esportes	66
21. Habitação	67

RODADA DOHA

Brasil ainda confia em acordo que fortaleça sistema multilateral de comércio; diferentes realidades nacionais dificultam ação conjunta

Rodada Doha – Organização Mundial do Comércio (OMC)

- “Rodada do Desenvolvimento”: sete anos de duração; principal objetivo do Brasil é reformar as políticas de subsídios à agricultura e ampliar acesso aos mercados agrícolas dos países ricos – mais protegidos do que os mercados para produtos industriais dos países em desenvolvimento.

G-20 e a nova geografia comercial mundial

- Cancun, 2003: criação do G-20 para melhorar articulação dos países em desenvolvimento e imprimir às negociações maior abrangência e equilíbrio. Antes os acordos praticamente se limitavam a atender aos interesses das grandes potências comerciais.
- Coordenado pelo Brasil, grupo reúne tanto exportadores agrícolas (Argentina, Chile, África do Sul) quanto países de grande população rural com preocupações quanto à segurança alimentar (China, Índia, Egito).
- Principais interesses do Brasil:
 - eliminação dos subsídios à exportação de produtos agrícolas.
 - redução substancial dos subsídios à produção agrícola.
 - melhor acesso aos mercados agrícolas dos países ricos.
 - nível de proteção à indústria nacional compatível com seu grau de desenvolvimento e sua importância para a geração de renda e emprego.
 - proteção adequada para programas de agricultura familiar de países em desenvolvimento, como é o caso do Pronaf¹ no Brasil.

Razões do insucesso em Genebra (jul/08)

- Alguns países em desenvolvimento expressaram desejo de ter proteção adicional para seus agricultores, com modificação de compromissos atualmente existentes. Isso contrariava os interesses dos países exportadores agrícolas, e certos países ricos exigiam pré-requisitos muito elevados para que isso acontecesse. Brasil tentou ao máximo mediar entendimento sobre esse ponto.

Posição Brasil

- Desde o início, o Brasil esteve ciente de que conquistas em agricultura teriam de ser compensadas com concessões na área de produtos industriais. O preço a se pagar foi considerado aceitável pela indústria nacional e não comprometeria integridade do Mercosul.
- Brasil permanece comprometido com fortalecimento do sistema multilateral de comércio.
- Já iniciados contatos como última tentativa para fechar a Rodada no curto prazo.
- Caso não seja possível acordo, país continuará defendendo nossos interesses comerciais por meio do mecanismo de solução de controvérsias da OMC – e outras negociações que propiciem abertura de novos mercados para os nossos produtos.

¹ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

FUNDO SOBERANO DO BRASIL

Diversificação das aplicações, aumento da rentabilidade e financiamento de projetos estratégicos

Objetivos

- Ser instrumento anticíclico de política fiscal.
 - Estabilizar orçamento primário da União no longo prazo.
 - Auxiliar política antiinflacionária, ao reduzir gasto público quando a economia estiver aquecida, e aumentá-lo em período de desaquecimento.
 - Instrumento mais eficiente do que elevação de juros em momento de economia aquecida, pois reduz atividade sem aumentar despesa do governo com juros.
- Ampliar ações do país no exterior (recursos do fundo podem ser utilizados para aquisição de ativos).
- Apoiar comércio exterior via financiamento de exportações brasileiras (similar aos *export-import banks* de outros países).
- Diminuir volatilidade da taxa de câmbio (por exemplo: a poupança fiscal em reais pode ser utilizada para comprar dólares no mercado local, reduzindo pressão de valorização em momentos de forte entrada de recursos externos).
- Diversificar e aumentar rentabilidade da aplicação das reservas internacionais do país.

Fontes de financiamento

- Fiscal: receitas primárias (inicialmente o fundo receberá poupança fiscal de 0,5% do PIB, obtida mediante elevação de superávit primário em 2008).
- Financeira: emissão de títulos.

Outras informações

- Gestão do fundo será exercida pelo Ministério da Fazenda.
- Operado por instituição financeira federal.
- Conselho Deliberativo do fundo Soberano do Brasil, a ser constituído, estabelecerá gestão, limites, prazos e natureza dos investimentos.
- Relatório de desempenho do fundo será encaminhado semestralmente ao Congresso Nacional.
- Rentabilidade do fundo será, no mínimo, a Taxa Libor¹.

¹ Libor (*London Interbank Offered Rate*, Taxa Interbancária do Mercado de Londres): taxa preferencial de juros oferecida para grandes empréstimos entre os bancos internacionais.

INDÚSTRIA NAVAL

Novo dinamismo do setor petrolífero impulsiona produção nacional de embarcações e plataformas, expandindo oferta de empregos

Renascimento

- Descoberta de novos campos de petróleo e compromisso com nacionalização dão vida nova à indústria naval e *offshore*¹.
- Dez plataformas de exploração e produção (investimentos de US\$ 5,7 bi) e sete embarcações de apoio² (US\$ 120 mi) já concluídas desde 2003.
- Década de 70: 36 mil trabalhadores. Em 2003, apenas 1.900. Em 2008: 40 mil.

Promef³ – 1ª fase

- Prevê construção de 23 navios de grande porte, já contratados junto à Transpetro, com investimento de R\$ 4,6 bi.

Promef – 2ª fase

- Lançado em mai/08, prevê construção de mais 19 navios de grande porte, contratados junto à Transpetro (R\$ 2,4 bi) e outras empresas brasileiras de navegação.

Grandes Navios de Transporte de Petróleo Bruto

- Outros dois navios “Very Large Crude Carriers” – VLCCs, que estão em negociação entre Petrobras e Noroil Empresa de Navegação Ltda., deverão ser construídos no Estaleiro Atlântico Sul para entrega entre 2012 e 2015, com investimentos estimados entre R\$ 200 e R\$ 300 mi.

Renovação da frota de apoio da Petrobras

- Prevista construção de até 146 embarcações, que deverão ter bandeira nacional, ser de propriedade de empresas brasileiras e ter um mínimo de 70% a 80% de conteúdo nacional⁴.
- Em licitação a contratação de 24 destas 146 embarcações. As 122 restantes serão licitadas em 2009.
- Estima-se criação de 500 empregos diretos, nas obras de cada embarcação, e 3.800 novos postos para tripulantes.
- Contratação de 21 navios pelo modelo de afretamento⁵.

Empreendimentos contratados ou em andamento

- Quatro plataformas *offshore* em fase final de construção: P-51, P-53, FPSO Cidade de Niterói e FPSO Cidade de São Mateus.
- Iniciada construção de 17 embarcações de apoio (2º Plano de Renovação de Frota), com investimento total de US\$ 250 mi. Assinado, ainda, contrato para construção de 14 embarcações, no valor de US\$ 200 mi.

Empreendimentos em licitação ou a licitar pela Petrobras

- Oito plataformas *offshore* e 40 plataformas de perfuração (12 com entrega prevista até 2012, 28 entre 2013 e 2017).

¹ O termo *offshore* refere-se às plataformas marítimas.

² Embarcações de apoio são de pequeno porte e destinam-se a transporte de pessoas, cargas, rebocadores, em suporte à atividade das plataformas e embarcações de grande porte.

³ Programa de Modernização e Expansão da Frota da Petrobras. Refere-se às embarcações de grande porte.

⁴ Dependendo do tipo da embarcação.

⁵ Modelo de contratação em que a embarcação pertence ao prestador do serviço.

PORTOS

Novos investimentos, modernização da gestão e da infra-estrutura, redução de custos, mais competitividade e valorização de produtos brasileiros

Institucionalização

- Criação da Secretaria Especial de Portos, instalada em mai/07, instituiu novo modelo de gestão do setor, voltado para redução de custos dos serviços portuários e valorização dos produtos brasileiros.
- As Companhias Docas, responsáveis pela administração de portos marítimos e fluviais, foram retiradas do Programa Nacional de Desestatização¹. Medida estabelece metas e indicadores de desempenho e cria novo modelo de gestão por resultados.
- Recursos para 2008: R\$ 842,6 mi.

Programa Nacional de Dragagem

- Objetivos: aprofundar canais de acesso a terminais para receber navios de maior porte; aumentar competitividade e capacidade de movimentação de cargas.
- Fatores que geram necessidade de dragagem: assoreamento progressivo dos portos; evolução da movimentação de cargas com aumento da economia de escala; aumento do porte e dimensões dos navios; segurança da navegação.
- Estima-se dragar 77,4 milhões de m³, resultando em aprofundamento de três a cinco metros em 16 portos. Volume equivale a cerca de 31 mil piscinas olímpicas².
- Recursos: R\$ 1 bi até 2010.
- Portos beneficiados:
 - Rio Grande – RS
 - Recife – PE
 - Fortaleza – CE
 - Aratu – BA
 - São Francisco do Sul – SC
 - Natal – RN
 - Salvador – BA
 - Imbituba – SC
 - Itaguaí – RJ
 - Santos – SP
 - Suape – PE
 - Rio de Janeiro – RJ
 - Itajaí – SC
 - Cabedelo – PB
 - Paranaguá – PR
 - Vitória – ES

¹Decreto 6.413, de 25mar/08.

²Piscina de 50mx25x2 m. Volume: 2.500 m³.

INFLAÇÃO E ALIMENTOS

Inflação, principalmente de preços dos alimentos, é objeto de atenção e medidas por parte do governo

Ações macroeconômicas de combate à inflação

- Estímulo ao investimento: PAC e Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).
- Três aumentos consecutivos da taxa básica de juros (Selic): de 11,25% a 13% aa¹.
- Aumento da meta de resultado primário: de 3,8% para 4,3% do PIB.
- Ação setorial: restrições do crédito ao consumidor (IOF compulsório sobre leasing).

Medidas para conter preço dos alimentos e aumentar produção

- Liberalização de importações (lista de exceção – imposto de importação).
- Cide: redução da alíquota de importação e comercialização de gasolina e diesel².
- Redução a zero da alíquota de PIS/Cofins de trigo, farinha de trigo e pão comum e de adubos, fertilizantes, defensivos e outros produtos.
- Arroz: Conab³ comercializou, em 2008, 483 mil toneladas do produto.
- Instrumentos de apoio à agropecuária:
 - Reestruturação das dívidas dos produtores rurais⁴, da ordem de R\$ 75 bi, que permitirá recuperação da renda agrícola e aumento da produção.
 - **Safra 2008/2009 – R\$ 78 bilhões:** R\$ 65 bi para a agricultura empresarial e R\$ 13 bi para a familiar.
 - **Programa Mais Alimentos – Ver pág. 43.**

Poder de compra do salário mínimo – jan/03 a jul/08

Itens da cesta básica	Preço nominal (em R\$)		Poder aquisitivo do s.m.	
	Jan/2003	Jul/2008	Jan/2003	Jul/2008
Salário mínimo	200,00	415,00	-	-
Cesta Básica	143,50	222,45	1,4 cesta	1,9 cesta
Arroz (kg)	1,74	2,26	115 kg	184 kg
Feijão (kg)	2,73	5,01	73 kg	83 kg
Carne (kg)	7,34	11,81	27 kg	35 kg
Pão (kg)	4,37	5,90	46 kg	70 kg
Leite (litros)	1,12	1,71	179 litros	243 litros
Óleo (litros)	2,73	3,36	73 litros	124 litros

Fonte: Dieese e Ipeadata.

Índices recentes

- IPCA jun/08 (0,74%): queda de 0,5 p.p. em relação ao mês anterior. Na mesma direção, IPCA-15 de jul/08 (0,63%) foi 0,27 p.p. menor que jun/08. Apesar de responsável pela maior parte deste índice, grupo Alimentação e Bebidas apresentou desaceleração no período: de +2,30% para +1,75%.
- Pela 1ª vez após 18 semanas, expectativa do mercado financeiro em relação à inflação tem queda, segundo Relatório de Mercado/Banco Central⁵.

¹ 0,5 p.p em 16abr/08; 0,5 p.p. em 4jun/08 e 0,75 p.p. em 23jul/08.

² Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Dec. 6.446, 2mai/08). Inclui correntes (derivados) dos produtos.

³ Companhia Nacional de Abastecimento.

⁴ Medida Provisória 432, de 27mai/08.

⁵ Previsões semanais para inflação de 2008 revisadas para baixo no último relatório de 1ago/08. Variações – IPCA: de 6,58% para 6,54%; IGP-DI: de 12,18% para 12,13%; IGP-M: de 12,04% para 12%; e IPC-FIPE: de 6,69% para 6,53%.

EMPREGO

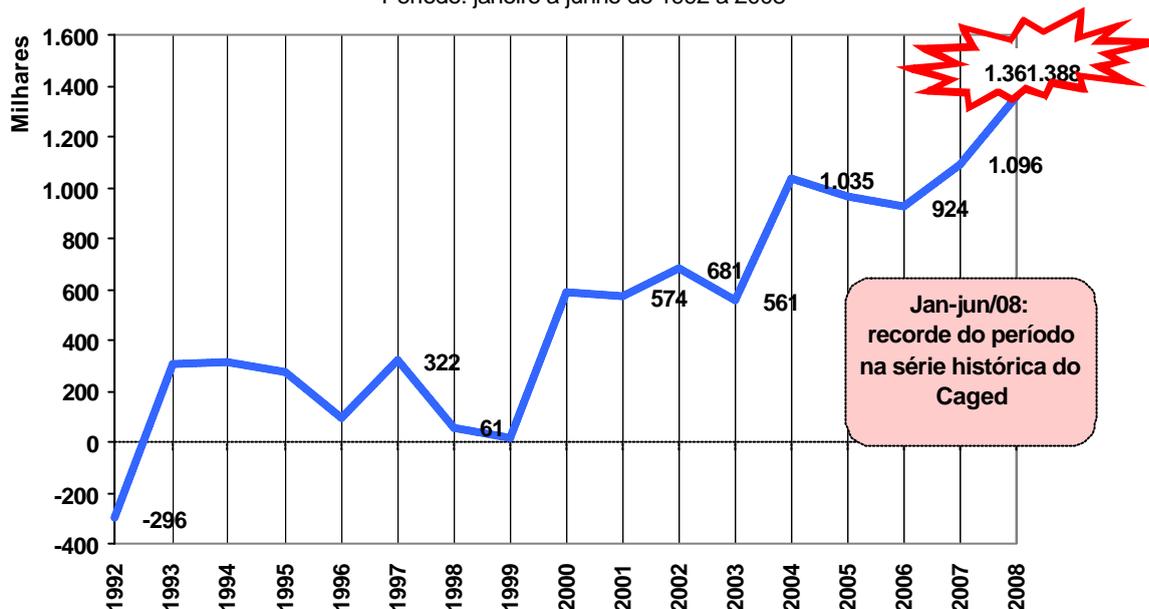
Dinamização da economia gera oportunidade de trabalho para 11.538.780 brasileiros

Recordes sucessivos na geração de empregos formais

- Jun/08: criados 309.442 postos de trabalho com carteira assinada. **Melhor resultado da série histórica do Caged¹** e 49% maior que o recorde anterior para meses de junho, em 2004 (+ 207.895 postos).
- Recorde histórico também em 2008** (jan-jun/08): 1.361.388 novos postos; 24,3% acima do mesmo período de 2007 (recorde anterior).

Brasil - Comportamento do Emprego Formal Segundo o Caged

Período: janeiro a junho de 1992 a 2008

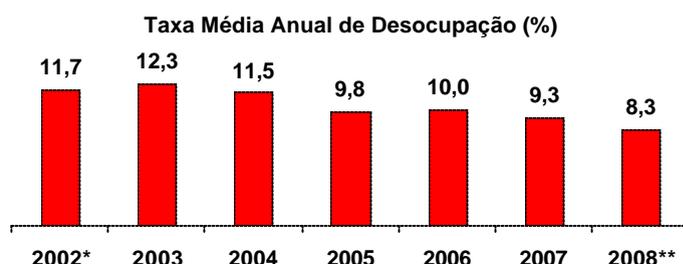


Fonte: CAGED - LEI Nº 4.923/65 - MTE

- Crescimento atinge todos os setores. Destaques:
 - Agropecuária: +227 mil empregos em 2008 (jan-jun); + 15% ante mesmo período de 2007.
 - Construção civil: +197 mil empregos em 2008; + 13% ante mesmo período de 2007. No mês de junho, gerou 99% de empregos a mais que recorde anterior (jun/07).
- Governo Lula (jan/2003-jun/2008): criados 9.450.116 novos postos formais de trabalho² e 11.538.780 oportunidades de trabalho (ocupações formais e informais)³.

Recorde também na redução do desemprego

- Jun/08: taxa de desemprego de 7,8% nas seis regiões metropolitanas pesquisadas⁴; 1,9% menor que em jun/07. **Menor taxa para meses de junho desde o início da série histórica** iniciada em mar/02.



Fonte: IBGE. * A partir de março. ** Até junho.

1 Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

2 Segundo os dados da Rais (Relação Anual de Informações Sociais) e do Caged.

3 Estimativa a partir de dados da PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2003-06) e do Caged (2007-08).

4 Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Fonte: IBGE.

JUSTIÇA

Menos formalidade, mais celeridade nos processos judiciais e mais segurança ao cidadão

Reforma no Código de Processo Penal

- Celeridade nos processos que vão a júri e mecanismos de apoio à vítima (Lei 11.689, de 9jun/08).
 - Estabeleceu audiência única de instrução; acabou o protesto por novo júri; idade mínima de jurados caiu para 18 anos. Vítima poderá ter atendimento multidisciplinar, na área psicossocial, jurídica e de saúde, custeada pelo ofensor ou Estado.
- Simplificação do processo penal (Lei 11.719, de 20jun/08).
 - Juiz da ação penal pode determinar valor mínimo de indenização para ofendido, dispensando necessidade de ingresso de ação civil. Citação do réu poderá ser feita por edital.

Alteração no trâmite de recursos repetitivos no STJ

- Rapidez no julgamento dos processos (Lei 11.672/08 e Resolução 7/2008-STJ).
 - Evita que matérias com entendimento já firmado pelo STJ sejam submetidas novamente à Corte. Para STJ, norma reduzirá em 75% os recursos apresentados ao órgão. Procedimento já é utilizado no STF.

Mudanças nos Serviços de Atendimento ao Consumidor - SACs

- Melhorias para o consumidor (Dec. 3.523, de 31jul/08).
 - Serviço de atendimento deverá ser gratuito, funcionar todos os dias, 24 horas, e garantir ao consumidor, logo no primeiro menu eletrônico e em todas as suas subdivisões, o contato direto com o atendente.
 - Reclamações devem ser resolvidas no prazo máximo de cinco dias úteis e os pedidos de cancelamentos atendidos imediatamente.

Medidas para promover mais segurança

- Venda e consumo de bebidas alcoólicas (Lei 11.705, de 19jun/08):
 - Proíbe venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais em áreas rurais e determina que motorista não poderá ter qualquer teor de álcool no sangue. Dirigir alcoolizado é infração gravíssima, sujeita a suspensão de habilitação por prazo de um ano, multa de R\$ 955 e pode ser considerado crime.
 - Estatísticas demonstraram efetividade da medida. Redução de 63% nas mortes por acidentes de trânsito em São Paulo. Redução média de 24% nas operações de resgate do Samu-Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (20jun/08 a 10jul/08).
- Uso de armas (Lei 11.716, de 19jun/08):
 - Desarmamento: reaberto prazo para registro de armas (até 31dez/08); tornada permanente a possibilidade de devolução de armas pelos cidadãos, sem que haja implicações penais.
 - Simplifica procedimentos para renovação de registros estaduais e primeiro registro de armas de fogo; possibilita aproveitamento de armas apreendidas por órgãos de segurança pública e Forças Armadas.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Benefício médio do primeiro semestre é o maior da história; déficit continua caindo e filas diminuem

Realizações e avanços para cidadãos

- Valor médio dos benefícios pagos pela Previdência Social no 1º sem/08 – R\$ 600,48 – é o maior da história: aumento de 17% acima da inflação, em relação à média do mesmo período de 2001.
- Melhoria do atendimento: Central 135 atendeu em junho 4,1 milhões de chamadas, o que contribuiu para a redução das filas e humanização do atendimento.
- Conciliação: realizado mutirão de conciliação previdenciária, parceria entre o Juizado Especial de São Paulo (JEF-SP) e o INSS. Fechados 587 acordos de 807 negociados (72% de propostas aceitas). Objetivo: acelerar reconhecimento do direito do cidadão e reduzir excesso de processos no Judiciário.
- Combate às fraudes: entre janeiro e junho de 2008, Força-Tarefa Previdenciária investigou e Polícia Federal prendeu 207 fraudadores. Entre 2003 e 2008, foram presos 1.058 fraudadores em 165 operações.
- Valorização dos servidores: acordo com entidades dos trabalhadores recompôs salário e reestruturou a carreira do Seguro Social. Aumento será concedido gradativamente, a partir de jul/08 até 2011, e varia de 29,4% a 141,8%. Em comparação aos salários pagos em 2003, ganho no salário inicial chegará a 597% em 2011.

Balanço de jun/08

- Déficit: caiu 21,2% ante jun/07 (de R\$ 3,6 bi para R\$ 2,8 bi). Acumulado no ano: R\$ 18,5 bi (menos 17,5% ante mesmo período de 2007).
- Bom comportamento do mercado de trabalho, crescimento de formalização e medidas de gestão adotadas nos últimos anos têm permitido que arrecadação cresça mais que despesas.
- Regime Geral Urbano apresentou déficit de R\$ 168 mi na contabilidade tradicional e superávit de R\$ 911 mi com novo modelo, que considera renúncia fiscal – filantropia, benefícios rurais e Simples – como receita coberta pelo Tesouro. Em 2008, pela contabilidade tradicional: déficit foi de R\$ 2,4 bi; pela nova contabilidade: superávit R\$ 4,2 bi.

Balanço de 2007

- Déficit anual tem 1ª queda desde 1996: necessidade de financiamento caiu de 1,8% do PIB em 2006 para 1,75% em 2007 (R\$ 46 bi)¹.
- Receitas cresceram mais que despesas: em 2007, arrecadação líquida cresceu 9,1% (R\$ 143,7 bi); despesas aumentaram 7,4% (R\$ 189,7 bi).
- Resultado da ampliação do trabalho formal; esforços na gestão de benefícios (auxílio-doença e censo previdenciário) e intensificação no combate às fraudes.

¹ Se descontado o efeito contábil da antecipação do pagamento de parte dos benefícios de jan/08 para dez/07, déficit seria ainda menor, de 1,62% do PIB. Em jan/08, déficit cresceu 30,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior, em virtude do pagamento de sentenças judiciais, no valor de R\$ 2,4 bi.

COMBUSTÍVEIS

Investimento contínuo para manter auto-suficiência em petróleo, ampliar produção de gás e garantir segurança energética

Petróleo

■ Resultados 2008:

- Início de obras: Petroquímica Suape (PE); jan/08, Lubnor e Comperj (RJ), mar/08; P-56, no estaleiro BrasFels-Angra, em fev/2008.
- Entrada em operação da Petroquímica Paulínia, em abr/08.
- Conclusão das obras do HBio¹ nas refinarias Regap, Repar, Refap e Replan².
- Conclusão do empreendimento Reduc – Conversão, em jun/08.
- Iniciada, em mar/08, produção Piloto de Siri (8 mil barris/dia de óleo em jun/08).

■ Perspectiva 2008:

- Conclusão das plataformas P-51³ e P-53⁴: 3ºtri/08. Operação da P-51: dez/08.

Gás

■ Resultados 2008:

- Iniciada produção do campo de Peroá II (ES), em fev/08.
- Descoberta de Júpiter, na Bacia de Santos (grande jazida de gás natural e condensado, de dimensão ainda não delimitada).
- Entrada em operação do Gasoduto Cabiúnas (RJ) – Vitória (ES) em fev/08, com 303 km de extensão.
- Iniciadas, em maio/08, obras do gasoduto Cacimbas (ES) – Catu (BA), com 954 km; em jun/08, obras do gasoduto Japeri – Reduc, com 45 km; em jul/08, obras do gasoduto Caraguatatuba – Taubaté, com 96 km e Gasduc III, com 183 km.
- Conclusão, em jul/08, do gasoduto Campinas – Rio (trecho Taubaté – Japeri), com 247 km.

■ Perspectivas 2008:

- Operação do 1º terminal de regaseificação de Gás Liquefeito Natural – Pecém (CE), em set/08. Chegada, em jul/08, do navio de GLN “Golar Spirit” em Pecém (CE).
- Conclusão do terminal da Baía de Guanabara (RJ), em out/08.
- Entrada em operação, em set/08, do Gasoduto Catu-Carmópolis (trecho Catu-Itaporanga), com 197 km.
- Início de obras de cinco gasodutos⁵.

Petróleo e gás

- Conclusão de 12 dos 50 processos licitatórios, em 2008, para elaboração de projetos, fornecimento de materiais, construção e montagem de instalações e unidades industriais para exploração, produção e distribuição de petróleo, gás e derivados.

Biocombustíveis

- Ver pág. 12.

¹ HBio – o “diesel verde”, é composto com 10% a 30% de óleos vegetais e diesel derivado do petróleo.

² Obras na Replan deverão ser concluídas ainda no 1º sem/08. Nas demais refinarias as obras já estão concluídas.

³ A ser instalada no Campo Marlim Sul Módulo 1, na Bacia de Campos.

⁴ A ser instalada no Campo Marlim Leste, na Bacia de Campos.

⁵ Gasodutos: Pilar-Ipojuca (187 km), Gaspal II (60 km), Gasbel II (267 km), Gasan II (38 km) e Paulínia - Jacutinga (93 km).

ENERGIA ELÉTRICA

Reestruturação do setor garante fornecimento de energia à sociedade e dá suporte ao crescimento econômico

Medidas para não faltar energia

- Novo modelo para setor elétrico (Leis 10.871/04 e 11.097/05).
- Retomada do planejamento: criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE – e elaboração dos Planos Nacionais e Decenais de Energia.
- Crescimento econômico intensifica leilões de energia nova, com ampliação de linhas de transmissão e malha de gasodutos.
- Criação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE¹
- Instituição de leilão como forma de comprar energia no mercado regulado e celebração de contratos com duração de 15 a 30 anos.

Geração e transmissão

- Resultados já obtidos:
 - Desde 2005, comercializados 12.808,4 MW² médios, em oito leilões.
 - Geração: - Em 2008: agregados 663 MW ao sistema (1ºjan/08 a 22jul/08).
- Em 2007: agregados 4.028 MW.
 - Transmissão: concluídos 1.974 km de linhas até 31jul/08.
- Perspectivas:
 - Geração: previsão de mais 2.220 MW, totalizando 2.883 MW em 2008; 5.641 MW em 2009; e 2.861 MW em 2010.
 - Linhas de Transmissão (LT) monitoradas: seis ações (1.480 km) a serem concluídas até 31dez/08. Em 2009, 24 ações (5.657 km).
 - Em 27jun/08 foi realizado leilão de 3.081 km de LT e 9.175 MVA³ de potência de transformação.

Reservatórios

- Em patamares de segurança, segundo órgãos de planejamento.
- Volumes acumulados ao final do mês de julho ficaram acima da Curva de Aversão a Risco (CAR), de acordo com o ONS⁴:
 - Regiões SE/CO: 12,2 pontos percentuais acima da CAR.
 - NE: 35,3 pontos percentuais acima da CAR.
 - Sul: 43 pontos percentuais acima da CAR.

Argentina e Uruguai

- Desde 2004, Brasil supre os dois países vizinhos de energia elétrica interruptível de termelétricas. Em 2008, excepcionalmente, governo acordou suprimento de fonte hidráulica com devolução posterior⁵.

Luz para Todos

- Oito milhões de pessoas beneficiadas (jun/08).

¹ Coordenado pelo Ministro de Minas e Energia. Participam: Operador Nacional do Sistema, EPE, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, Agência Nacional de Energia Elétrica e Agência Nacional de Petróleo.

² MW – Megawatt.

³ Mega Volt-Ampère: mede a capacidade de conversão de voltagem num sistema elétrico.

⁴ Operador Nacional do Sistema. Região Norte não possui CAR.

⁵ Em consonância com resoluções 3 e 5 do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética).

REFORMA AGRÁRIA

Com apoio e assistência, assentados produzem cada vez mais alimentos que vão para a mesa dos brasileiros

Renda e cidadania

- De 2003 a 2007, criados 2,8 mil projetos de assentamento; incorporados cerca de 39 milhões de hectares e assentadas quase 450 mil famílias.
 - Acesso a várias modalidades de crédito, que podem chegar a R\$ 23,3 mil por família.
 - Assistência técnica chegou a mais de 555 mil famílias assentadas¹.
- Habitação: de 2003 a 2007, construídas 216 mil casas. Meta 2008: construção de 60 mil casas e reforma de 40 mil em assentamentos².
- Educação: orçamento do Pronera³ passou de R\$ 9 mi (2003) para R\$ 38 mi (2007). Resultado: 286 mil assentados alfabetizados, escolarizados e graduados no período⁴.
- Em 2008, 48.844 assentados estudam.
 - Em projetos de alfabetização e ensino fundamental: 40.093.
 - Em cursos de nível médio profissionalizante: 5.282.
 - Em cursos de graduação (Pedagogia, Geografia, História, Direito, Agronomia, etc.): 3.469.

Meio Ambiente

- Obtidas 967 licenças prévias e de instalação e operação (até jun/08).
- Meta 2008: solicitação de mais de duas mil licenças de imóveis para fins de reforma agrária e de projetos de assentamentos.

Regularização fundiária em 2008

- Até final de 2008, mais de 30 mil pequenos agricultores vão receber títulos: dez mil no CE; seis mil em MG; dez mil na área do canal de integração do Médio São Francisco; e cinco mil na faixa de fronteira, em 11 estados.
- Amazônia:
 - Retomados pela União 227 mil hectares na região de Manicoré/AM.
 - A mapear em 2008: 18 milhões de hectares de terras da União.
 - Operação com o Exército, a partir de jul/08, na área da BR-163, sul do PA, levanta número de posseiros com direito legítimo às terras.
- R\$ 40 mi para regularizar áreas quilombolas (Programa Territórios da Cidadania).

Fortalecimento do Incra

- Mais de 1.300 servidores concursados ingressaram no Incra em 2006 e 2007.

¹ Inclui ações de consolidação de assentamentos do PAC/INCRA, Projeto Dom Helder Câmara e Pronaf "A".

² Na edição de julho, meta de 2008 foi erroneamente somada às realizações de 2003 a 2007.

³ Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

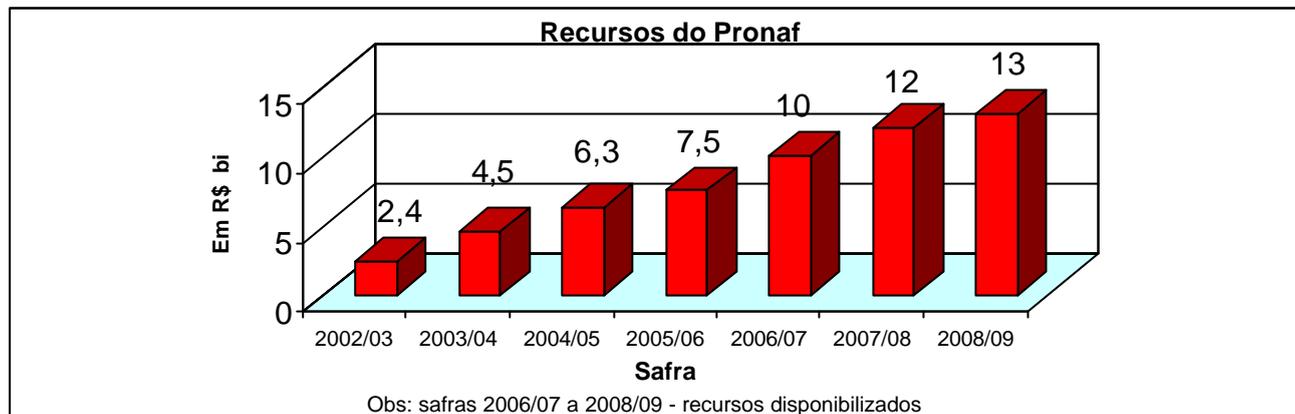
⁴ Na edição de julho, foram erroneamente incluídos alunos do Pronera desde 1998.

MUDANÇA NO CAMPO

Agricultura familiar, que já responde por 70% dos alimentos dos brasileiros, tem mais crédito e assistência para produzir

Agricultura familiar

- Recursos disponíveis para a Agricultura Familiar, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cresceram cinco vezes desde a safra 2002/2003: de R\$ 2,4 bi para **R\$ 13 bi em 2008/2009**.



- Assistência técnica: de 107 mil em 2003 para 1,2 milhão de agricultores em 2007.
- Criado o Seguro da Agricultura Familiar e ampliado o Garantia-Safra no semi-árido.
- Políticas de comercialização: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com R\$ 1,6 bi entre 2003 e 2007 e implantação da linha Pronaf Comercialização.
- Dívidas de produtores repactuadas (MP 432, 27mai/08). Há medidas específicas para agricultores familiares e assentados da reforma agrária¹.

Destaques do Plano Safra 2008/2009 da Agricultura Familiar

- Grupos C, D e E do Pronaf foram agrupados em categoria chamada “agricultura familiar”. Para financiamento de custeio, taxas de juros caíram para 1,5% a 5,5% ao ano (antes variavam de 3% a 5,5%). Nas operações de investimento, caíram para faixa de 1% a 5% (antes variavam de 2% a 5,5%).
- Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) para a produção de arroz, feijão, milho, trigo e mandioca – ampliado de R\$ 1,8 mil para até R\$ 2,5 mil por família.
- Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF): criado em 2006, cobre operações de crédito de custeio estabelecendo preço de garantia de alguns produtos, tendo por base custo de produção. Foi ampliado de 11 para 15 produtos² e adotará preços mais elevados para trigo, arroz, feijão, milho, mandioca e leite, protegendo produtor contra queda de preço.
- Linha de crédito específica para recuperação e manejo do solo, com financiamento de até R\$ 7 mil e juro de 1% ao ano.

¹ Medida permitirá que 300 mil famílias regularizem financiamentos.

² Arroz, café, cará, castanha de caju, feijão, inhame, leite, mandioca, milho, tomate e soja; incluídos pimenta-do-reino, trigo, cebola e mamona.

AGRICULTURA E PECUÁRIA

Mais crédito para aumentar ainda mais a produção de alimentos: safra 2008 aponta para novo recorde

Crédito rural

- Volume triplicou: de R\$ 24,7 bi em 2002/03 para R\$ 78 bi na safra 2008/09. Destes, R\$ 65 bi serão destinados à agricultura empresarial (Plano Agrícola e Pecuário – PAP) e R\$ 13 bi à agricultura familiar.
- PAP contempla recursos para o custeio e investimento da produção, seguro rural, além de políticas de preços mínimos, especialmente de alimentos essenciais como arroz, feijão, milho e trigo.

Safra

- 2007 teve recorde de produção, com 133,1 milhões de ton de grãos. Recorde anterior era de 123,2 milhões, em 2003 (IBGE).
- Última estimativa disponível aponta para produção de 142,4 milhões de ton de grãos para a safra 2008 (Conab¹/IBGE).

Balança comercial do agronegócio

- Recordes históricos: em 2007, agronegócio exportou US\$ 58,4 bi e teve saldo de US\$ 49,7 bi. Desempenho decorreu de crescimento da economia mundial e do aumento de preços de importantes *commodities* da pauta de exportação.

Endividamento agrícola

- Reestruturação de R\$ 75 bi de total estimado em R\$ 87,5 bi (MP 432, de 27mai/08).
- Com potencial de atender 2,8 milhões de contratos, espera-se que medida fortaleça país como principal exportador mundial de produtos agrícolas.
- Renegociações feitas: 2003/04 (R\$ 30 bi); 2005/06 (R\$ 14 bi); 2007 (R\$ 7 bi).

Carne bovina

- Jun/08: União Européia habilita PR e SP a exportar carne *in natura* para o bloco. Até então, só estavam habilitados MG, GO, RS, MT, ES e SC.
- Jul/08: MS reconhecido como estado livre de febre aftosa com vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal. Total: 16 estados e 3 regiões reconhecidas².
- Exportações totalizaram US\$ 11,3 bi em 2007, 30,7% superior a 2006 (*in natura* foram US\$ 3,5 bi em 2007, valor 11,2% superior a 2006).

Outras medidas

- Fundo de Catástrofe do Seguro Rural – PLC³ encaminhado ao Congresso: instrumento de resseguro em caso de ocorrência de catástrofes climáticas.
- Dec. 6.464 (27mai/08) – cria os adidos agrícolas junto a missões brasileiras no exterior. Participarão de negociações em assuntos sanitários e fitossanitários.
- Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar deve ser concluído em ago/08.

¹ Companhia Nacional de Abastecimento.

² MS, RS, SC, PR, SP, MG, RJ, ES, BA, SE, GO, TO, MT, RO, AC, DF, região centro-sul do Pará e de dois municípios do Amazonas.

³ Projeto de Lei Complementar.

INTEGRAÇÃO NACIONAL

Convergência da ação pública em benefício das regiões menos favorecidas reduz desigualdades regionais

Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)

- Decreto 6.047/2007 potencializa desenvolvimento, tendo como uma das estratégias o aproveitamento da diversidade regional brasileira.

Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – PDSA¹

- Primeiro plano específico para a região, em articulação com Sudene. Em processo de atualização para posterior consulta pública e validação.

Pró-água Semi-árido e Infra-estrutura²

- Pró-água Semi-árido 2003 a 2007:
 - 35 sistemas concluídos, nove em conclusão, dois em contratação. Valor investido: R\$ 390,7 mi. População atendida: 4,2 milhões.
- Pró-água Nacional 2008 - 2009 (em contratação):
 - 11 sistemas a implantar, cinco a ampliar e duas barragens de reservação a construir. Dois estudos de diagnóstico e preparação de novos projetos. Valor a investir (MI³ e Estados): R\$ 427,5 mi. Investimentos em cautelas ambientais: R\$ 8 mi. População beneficiária: 1,2 milhão de pessoas.

Cooperação com a União Européia – Diálogo de Políticas Regionais

- Assinado memorando de entendimento (nov/07) para cooperação na área de gestão de políticas regionais e territoriais. Agenda de trabalho para 2008-11 será lançada em out/08, em Bruxelas.

Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO, FNE e FNO⁴)

- Em 2007, financiamentos contratados totalizaram R\$ 7,3 bi (mais 4,4% ante 2006), sendo R\$ 1,1 bi pelo FNO, R\$ 4,2 bi pelo FNE e R\$ 2 bi pelo FCO. No 1º sem/08, contratados R\$ 5,5 bi, (mais 70,4% em relação ao 1º sem/07).

Fundos Regionais de Desenvolvimento (FDA e FDNE⁵)

- Financiamentos de projetos de infra-estrutura (energia e transporte) e estruturadores por meio de aquisição de debêntures emitidas por empresas e que podem ser convertidas em ações.
- Aprovados, de 2006 até jun/08, projetos que demandam R\$ 972 mi, (R\$ 827 mi do FDA e R\$ 145 mi do FDNE). Destes, R\$ 726 mi já contratados pelo FDA (R\$ 475 mi já liberados) e R\$ 48 mi contratados pelo FDNE.

Incentivos fiscais nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene⁶

- Renúncia fiscal – IR de empresas de setores prioritários (2008) – estimada pela Receita Federal em R\$ 2,1 bi na área da Sudene e R\$ 1,6 bi na Sudam.
- Novas Sudam e Sudene: conselhos deliberativos instalados, respectivamente, em 30mai/08 e 30abr/08. PLC 119/2006, da nova Sudeco⁷, tramita no Senado Federal.

¹ Entrou no Plano Plurianual PPA 2004/07.

² Programa faz parte do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido.

³ Ministério da Integração Nacional.

⁴ Respectivamente, Fundos Constitucionais do Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

⁵ Respectivamente, Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste.

⁶ Respectivamente, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

⁷ Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

PROJETO SÃO FRANCISCO

12 milhões de pessoas que moram no árido e semi-árido nordestino terão água garantida

Integração de Bacias

- Grande empreendimento de infra-estrutura hídrica, que levará pequena parte da água do Rio para abastecer sistema de açudes, adutoras e rios. Principais estados beneficiários: PE, CE, PB e RN.
- Integração do Rio com as bacias do NE Setentrional consiste na retirada de 26 m³ de água por segundo, ou 1,4% da vazão regularizada.
- Rio não será desviado, manterá curso de sempre.
- Dois eixos: Norte e Leste, para levar água às regiões árida e semi-árida do NE Setentrional – total de 622 km de canais, oito túneis, 27 aquedutos, 35 reservatórios, nove estações de bombeamento e 4,5 km de adutoras.
- Sem prejuízos econômicos ou ambientais para os estados (MG, BA, AL, SE e PE), projeto visa evitar a migração forçada, que há 150 anos atinge a região.
- Beneficiados: 12 milhões de habitantes do árido e semi-árido nordestino.
- Há obras semelhantes em países como: Equador, Peru, Estados Unidos, Espanha e Egito.

Programa de Revitalização

- Abrange ações da nascente à foz, em MG, BA, PE, AL e SE.
- Obras de saneamento básico, recomposição de matas ciliares, controle de erosão e tratamento de resíduos sólidos, além da recuperação de 800 mil hectares de microbacias, criando condições para desenvolvimento de atividades econômicas ligadas ao Rio.
- Será possível retomar movimento de barcos desde Juazeiro (BA) até Pirapora (MG), hoje praticamente inexistente.

Recursos do PAC

- Integração de bacias: R\$ 4,8 bi até 2010. Revitalização: R\$ 1,6 bi.

Andamento das obras

- Eixo Norte: executado pelo Exército¹, 24,7% do canal de aproximação de 2,1 km e 28,1% da Barragem de Tucutu (PE) até jun/08.
- Eixo Leste: executado pelo Exército, 14,7% do canal de aproximação de 6 km e 53,5% da Barragem de Areias (PE) até jun/08.
- Implementação de Programas Ambientais objetivando eliminação, minimização e controle de impactos ambientais provocados pela implantação e operação do empreendimento: fase de elaboração de plano de trabalho.

Mais informações: <http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/projeto/index.asp>
<http://www.brasil.gov.br/pac>
<http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/fotos/videos/04.asp>

¹ Batalhão de Engenharia do Exército.

SANEAMENTO

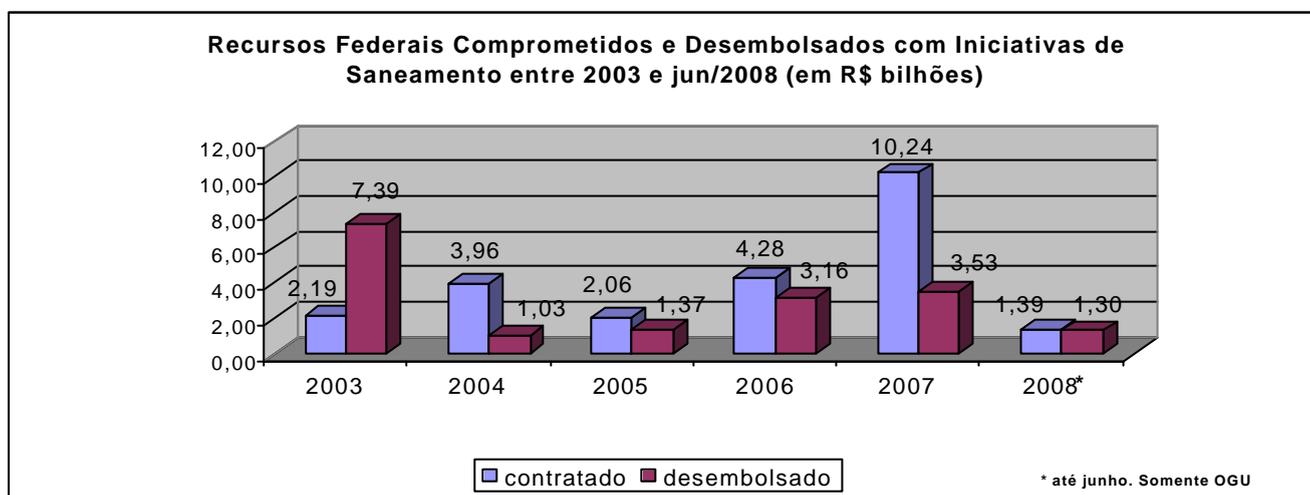
Investimentos federais em saneamento melhoram condições de vida de milhões de famílias

Resultados 2008

- Destinados R\$ 5,67 bi em 2008 do OGU¹ – R\$ 3,04 bi para ações do PAC².
- 1º sem/08: empenhados R\$ 1,39 bi e desembolsados R\$ 1,3 bi do OGU.
- PAC Saneamento: de 2007 a jul/08, contratados R\$ 19 bi (48% do OGU e 52% de financiamentos) para iniciativas nas modalidades abastecimento de água, esgotamento sanitário, saneamento integrado, manejo de águas pluviais, manejo de resíduos sólidos, desenvolvimento institucional, estudos e projetos. Iniciadas 317 obras.

Resultados 2007

- Em 2007, destinados R\$ 10,4 bi³: R\$ 7,3 bi do OGU e R\$ 3,1 para financiamentos⁴.



- Aumento de 79,1% ante a média de anos anteriores (2003-2006): + 32,9% para recursos do OGU e +17,7% de financiamentos.
- Dos R\$ 10,4 bi, comprometidos⁵ R\$ 10,2 bi⁶ (+ 278% ante a média 2003-2006), e desembolsados R\$ 3,5 bi⁷ (+ 105% na mesma comparação).

Obras

- Desembolsos realizados entre jan/03 e dez/07 permitiram concluir 5.463 obras em todo o país – investimentos da ordem de R\$ 1,8 bi.
- Em dez/07, havia 2.315 obras de saneamento em andamento apoiadas por recursos federais diretos/financiadas (carteira de investimentos de R\$ 7,7 bi).

¹ Orçamento Geral da União. Recursos não onerosos oriundos da Lei Orçamentária Anual (LOA) e não prevêm retorno financeiro direto dos investimentos, pois os beneficiados não precisam ressarcir os cofres da União.

² LOA 2008. R\$ 3,05 bi (R\$ 1,17 bi em rubricas do PAC) estão no orçamento do Ministério das Cidades.

³ Fonte: "Gasto Público em Saneamento Básico – Governo Federal e Fundos Financiadores, Relatório de Aplicações de 2007", Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, Ministério das Cidades, disponível em <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/saneamento-ambiental/gasto-publico-em-saneamento/gasto-publico-em-saneamento>

⁴ Recursos onerosos. Têm como fontes o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). São empréstimos de longo prazo concedidos a taxas de juros reduzidas.

⁵ Compromissos de gastos firmados, que expressam os contratos de financiamento onerosos e os empenhos no Orçamento Geral da União para os recursos não onerosos (sinalizam os investimentos futuros comprometidos).

⁶ 48,2% oriundos de fontes não onerosas e 51% de fontes onerosas.

⁷ Gastos efetivamente realizados, condicionados, em sua maioria, à execução física das etapas dos empreendimentos.

DESMATAMENTO E AQUECIMENTO

Ações concretas melhoram resultados: marcas da política ambiental brasileira

Combate ao desmatamento na Amazônia

- **Desmatamento: (dados preliminares) queda de 21% em jun/08 ante mai/08. 2004-2007¹: queda de 59%. De 27,4 mil km² para 11,2 mil km².**
- Novas normas legais dão instrumentos ao governo para aumentar fiscalização:
 - Nova regulamentação da lei de crimes ambientais possibilita medidas imediatas após constatada infração (apreensão, embargo, suspensão, destruição e demolição) e atualiza valor de multas.
 - Decretos proíbem definitivamente o abate de mogno² e criam Guarda Ambiental Nacional e Corpo de Guarda-Parques³.
 - Exigência de regularidade ambiental e fundiária para crédito rural na Amazônia em vigência desde 1ºjul/08⁴.
- Operação Arco Verde⁵: inclusão do penhor florestal dentre as garantias de crédito rural; fixação de taxa de juros de só 4% para operações florestais destinadas à regularização e recuperação de reservas legais degradadas; inclusão de produtos extrativistas na Política de Garantia de Preços Mínimos.
- Criado o Fundo Amazônia (1ago/08), para captar doações internacionais e privadas em apoio a ações de proteção.
- Cerca de 3.500 cabeças de gado apreendidas para leilão.

Desenvolvimento Florestal

- Investimentos em assistência técnica, capacitação e mais crédito ampliaram área de plantio florestal, de 320 mil ha (2002) para 627 mil ha (2006).
- Entre 2006-2007, plantadas mais de um bilhão de árvores; cadastrados 210 milhões de hectares de florestas públicas. Publicado 1º Plano Anual de Outorga Florestal; 1º Edital de Concessão Florestal – licitação em andamento.

Política Nacional sobre Mudança do Clima

- Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM) prepara primeira versão do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, para consulta pública.
- Estratégia para reduzir emissões e promover remoção de gases do efeito estufa e adaptação a impactos (positivos e negativos) das mudanças climáticas.
- Enviado ao Congresso PL 3535/08, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Unidades de Conservação (UCs) na Amazônia

- Expandidas em 26,7% de 2003 a jun/08, com criação de 63 unidades (250.612 km²). São 299 UC's federais, 9% deste território (755.508 km²).

¹ Ago/04 a jul/07.

² Decreto 6.477, de 5jun/08, que altera o artigo 3º do Decreto 4.722.

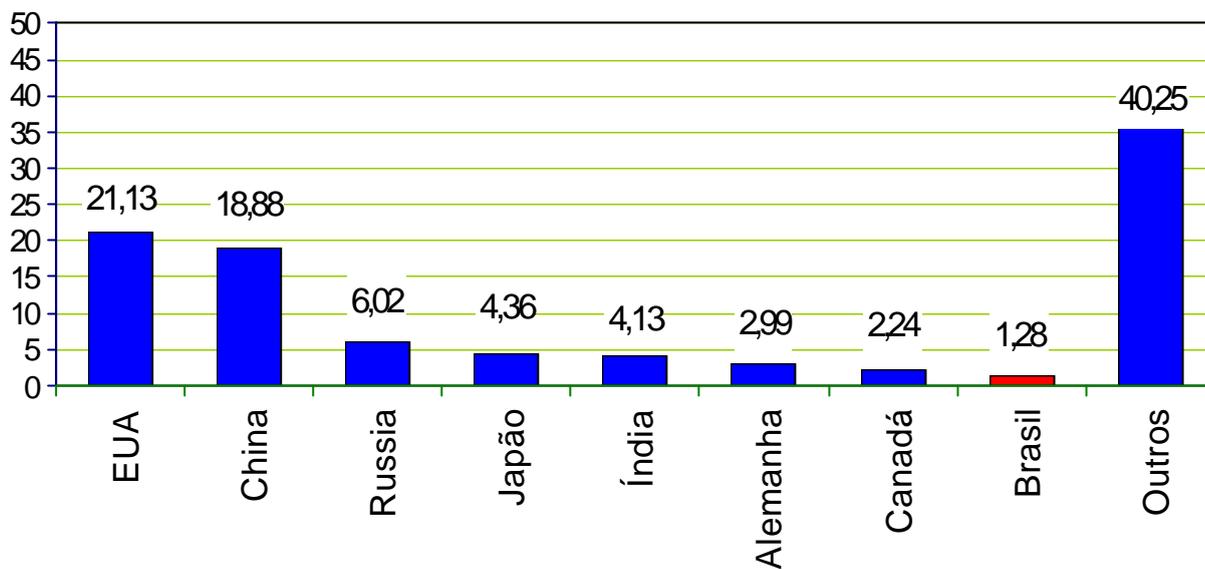
³ Decreto 6.515/08.

⁴ Resolução 3.545/08 do Conselho Monetário Nacional.

⁵ Operação Arco Verde do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento foi anunciada no lançamento do Plano Amazônia Sustentável, em 8mai/2008. Dois eixos de ação voltados aos 36 municípios que mais desmatam na Amazônia: medidas emergenciais e agenda de transição para a sustentabilidade.

DESMATAMENTO E AQUECIMENTO

Emissões de CO2 em 2005



RELAÇÃO COM MUNICÍPIOS

Cresce o Brasil, ganham os municípios; repasses aumentam, compromissos são cumpridos e relações dão salto de qualidade

Aumento dos recursos municipais

- Efeitos do crescimento econômico:
 - FPM¹: de R\$ 25,1 bi (2004) para R\$ 34,6 bi (2007).
 - ISS² passou a representar fatia mais significativa das receitas próprias municipais: de 40,3% (2004) para 45,1% (2006).
- Transferências reajustadas acima da inflação³:
 - Partilha da Cide⁴: de R\$ 322,1 mi (2004) para R\$ 465,4 mi (2007).
 - Saúde: de R\$ 15,6 bi (2004) para R\$ 19 bi (2007).
 - Salário-educação: de R\$ 1,6 bi (2004) para R\$ 2,3 bi (2007).
 - Transporte escolar: de R\$ 241,9 mi (2004) para R\$ 291,9 mi (2007).

Compromissos assumidos e já cumpridos

- Ampliação de 1% do FPM.
- Lançamento da Agenda Social.
- Estruturas de atendimento, como Sasf⁵ e Salas das Prefeituras/Caixa.
- Envio de nova proposta de Reforma Tributária ao Congresso Nacional.
- Lançamento do PDE⁶ e acompanhamento no CAF⁷. Outros planos e programas com transferência de recursos:
 - PAC Habitação (R\$ 1 bi para 1.053 municípios de 26 estados); PAC Saneamento (R\$ 12,5 bi em 2007, 976 projetos); Mais Cultura (R\$ 4,7 bi até 2010); Territórios da Cidadania (R\$ 12,9 bi, 958 municípios em 2008); Provias⁸: (R\$ 500 mi do BNDES para aquisição de máquinas).
- Portal de Convênios: todas as informações acessíveis a partir de set/08. <https://www.convenios.gov.br/portal>.
- Fundeb⁹: R\$ 48 bi em 2007 e R\$ 61 bi em 2008.
- Comitê Gestor ITR¹⁰: regras para municípios optarem por cobrança própria.
- GTI¹¹ de apoio à transição governamental (instalado): informações do governo federal sobre os municípios para cada um dos eleitos em 2008.
- Transporte Escolar Rural: encaminhado PL e instalado GT no FNDE/MEC para compartilhar responsabilidades entre estados e municípios.
- Agenda Nacional de Apoio à Gestão dos Municípios: conjunto de ações para melhorar gestão apresentado na X Marcha dos Prefeitos¹².

¹ Fundo de Participação dos Municípios. Valores corrigidos pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo a preços de dez/07.

² Imposto Sobre Serviços (competência municipal).

³ Inflação medida pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo. Valores a preços de dez/07.

⁴ Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.

⁵ Sistema de Assessoria Federativa em cada órgão da administração pública federal.

⁶ Plano de Desenvolvimento da Educação.

⁷ Comitê de Articulação Federativa – vinculado à Presidência da República – visa aprimorar a relação com os municípios.

⁸ Programa de Intervenções Viárias.

⁹ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.

¹⁰ Imposto Territorial Rural.

¹¹ Grupo de Trabalho Interministerial.

¹² Realizada em 15abr/08.

RELAÇÃO COM ESTADOS

Ampliação da capacidade de investimento dos estados e recursos federais fortalecem pacto federativo e combatem desigualdade regional

Diálogo republicano garante aumento de investimentos estaduais

- Criada a Câmara de Conciliação Federativa, no âmbito da Advocacia-Geral da União, para equacionar controvérsias jurídicas entre União e unidades da federação.
- Alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal para responsabilizar cada poder por seus gastos de pessoal. Proposta encaminhada ao Congresso.
- Compensações pela desoneração do ICMS nas exportações: R\$1,95 bi de repasse a título de auxílio financeiro para fomento às exportações em 2007¹.
- Mesas federativas no CAF² com Estados (Confaz³) e municípios acertaram proposta de Reforma Tributária enviada ao Congresso.
- Partilha do PIS e Cofins com estados. Reivindicação atendida na proposta de Reforma Tributária enviada ao Congresso.
- PEC⁴ dos precatórios. Apoio do Governo à proposta da PEC 12/06 garantiu aprovação na CCJ do Senado.
- Revisão da Lei de Licitações. Governo encaminhou PL ao Congresso.
- Vários estados tiveram contratos do Plano de Ajuste Fiscal (PAF) negociados com o Ministério da Fazenda, resultando em maior espaço fiscal para possíveis financiamentos e investimentos.
- Refinanciamento da dívida dos estados com o mercado: Banco do Brasil.
- Reuniões com os 27 governadores e prefeitos das Regiões Metropolitanas estruturaram investimentos do PAC e garantem o gerenciamento das ações.
- PAC saneamento transferiu R\$ 12,7 bi em 2007 para estados e municípios.
- Instalação do Foro Consultivo de Governadores e Prefeitos do Mercosul.

Programas pactuados fortalecem Política de Desenvolvimento Regional

- Territórios da Cidadania: comitês estaduais articulados e instalados com governadores.
- Recriação da Sudam⁵ e Sudene⁶ – governadores como membros dos conselhos.
- Adesão de todos os estados ao PDE⁷; Fundeb e apoio a transporte escolar (PNATE) incorporam o ensino médio.
- Mais Cultura – R\$ 4,7 bi até 2010, em parceria com os governos estaduais.
- Participação do Presidente nos Fóruns de Governadores: Nordeste, Amazônia Legal.
- Organização do PlanSeQ⁸ do Bolsa Família, que qualificará 185 mil beneficiários do Bolsa Família para mercado de trabalho.
- BNDES autoriza agências estaduais de desenvolvimento a operar como agentes.
- Pronasci: contratados R\$ 500 mi para os estados em 27jun/08.

¹ Medidas Provisórias 355 e 368.

² Comitê de Articulação Federativa.

³ Conselho Nacional de Política Fazendária.

⁴ Proposta de Emenda à Constituição.

⁵ Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

⁶ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

⁷ Plano de Desenvolvimento da Educação.

⁸ Plano Setorial de Qualificação.

ESPORTES

Políticas para o desporto consolidam-se como instrumentos complementares para redução da desigualdade e da vulnerabilidade social

Programas

- Segundo Tempo (lançado em 2003).
 - Oferece atividades esportivas e educativas no contraturno da escola.
 - Crianças recebem café reforçado e almoço ou almoço e lanche.
 - Atendeu, entre 2003 e abr/08, 2,9 milhões de crianças e adolescentes.
 - Presente em mais de 1.660 municípios, em todas as unidades da federação.
- Pintando a Liberdade (lançado em 1999).
 - Ressocializa internos do sistema penitenciário.
 - Contribuiu com ressociação e profissionalização de 12.700 detentos.
 - Entre 2003-2007, programa passou de 16 para 73 unidades prisionais.
- Pintando a Cidadania¹ (criado em 2004).
 - Objetiva a inclusão social de pessoas residentes em comunidades carentes e ingresso no mercado de trabalho em fábricas de materiais esportivos.
 - Já beneficiou 1.873 pessoas. Produzidos, entre 2004-2007, 3,49 milhões de itens em 23 unidades de áreas carentes.
- Esporte e Lazer na Cidade (lançado em 2003).
 - Programa focado em pesquisa, informação, gestão compartilhada e ações educativas de esporte e lazer de inclusão social.
 - Orçamento de 2008 para Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer é de R\$ 7,1 mi, mais R\$ 21,1 mi de emendas parlamentares.
 - Meta é financiar 404 núcleos, beneficiando 1,6 milhão de pessoas.
 - Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer para Idosos/Vida Saudável receberam R\$ 3,2 mi, para financiar 81 núcleos, beneficiando 80 mil idosos.
 - Recursos para desenvolver esporte recreativo e lazer/Rede Cedes (Centro do Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer): R\$ 1 mi para 22 pesquisas.
- Bolsa-A atleta (lançado em 2005).
 - Destinado a atletas de alto rendimento que não possuem patrocínio, concedeu auxílio financeiro a 4.976 atletas desde a sua criação (2.174 em 2007).
 - Orçamento previsto para 2008 é de R\$ 21 mi, com 4.793 já inscritos. Destes, 1.561 são pedidos de renovação e 3.199 são solicitações novas.

Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016

- Rio de Janeiro: pela primeira vez uma candidatura brasileira passa à segunda fase.
- Em 2out/09, em Copenhague (Dinamarca), será anunciada a cidade-sede dos Jogos. Concorrem também Chicago (EUA), Madrid (Espanha) e Tóquio (Japão).
- Aprovado no Congresso Nacional projeto de lei que estabelece crédito suplementar de R\$ 85 mi para ações pela candidatura do Rio.

Timemania

- Loteria ajuda clubes de futebol a pagarem dívidas com União. Entre mar/08 (primeiro sorteio) e mai/08 foram repassados R\$ 10,9 mi para 80 clubes.

¹ O Pintando a Cidadania é uma ação do Projeto Pintando a Liberdade.

HABITAÇÃO

Novos programas e ampliação de financiamentos beneficiam população de baixa renda e classe média

Evolução dos recursos

- R\$ 82 bi em investimentos habitacionais de 2003 a 2007:
 - R\$ 44,3 bi de recursos federais, que beneficiaram cerca de 2,4 milhões de famílias, sendo 74,6% com renda até cinco salários mínimos.
 - R\$ 37,8 bi de investimentos privados: aumento de 700% no período.
- Em 2008, alocados R\$ 16,1 bi, sendo R\$ 5,8 bi de programas geridos pelo governo federal¹ que beneficiarão aproximadamente 320 mil famílias.

Execução de jan/07 a jul/08

Fonte de Recursos ¹	Famílias Beneficiadas	Valor Contratado (em R\$ milhões)
FAR	22.223	702
FAT	52.048	823
FDS	8.422	146
FGTS	473.022	12.428
OGU	493.372	5.686
OGU/FNHIS	136.324	1.844
SBPE	291.856	28.027
Total	1.477.267	49.656

¹ FAR – Fundo de Arrendamento Residencial; FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador; FDS – Fundo de Desenvolvimento Social; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; OGU – Orçamento Geral da União; OGU/FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social; SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.

Programas para famílias de baixa renda

- **Programa Prioritário de Investimento (PPI/PAC):**
 - Seleção de projetos definida conjuntamente com estados, DF e municípios. Eleitas 12 regiões metropolitanas, além das capitais e dos municípios com mais de 150 mil habitantes.
 - Diretrizes: projetos de grande porte com impacto na articulação e integração do território e recuperação ambiental das áreas envolvidas.
 - Selecionados 295 projetos em 27 Estados e 117 municípios, com total de R\$ 7,9 bi, sendo R\$ 5,4 bi do OGU e R\$ 2,5 bi de financiamento (FGTS/FAT).

Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE

- Aumento recorde em contratações e no volume financeiro: 22.069 unidades habitacionais contratadas em mai/08, maior valor em 20 anos.
- Elevação das contratações deve-se, além do crescimento econômico e aumento da renda, a uma série de fatores, entre estes, medidas legais, como a Lei 10.931/04 (trata do patrimônio de afetação nas incorporações imobiliárias) e a Resolução do Conselho Monetário Nacional 3.177/04 (que, entre outras providências, aumentou a penalidade pela não aplicação de recursos da caderneta de poupança em operações de financiamento imobiliário).

¹ Programa de Arrendamento Residencial (PAR); Programa Crédito Solidário; Carta de Crédito FGTS (Individual e Associativa); Apoio à Moradia; FNHIS; Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) e Pró-Moradia. Estão somados os valores da seleção do FNHIS e do Pró-Moradia para 2008.

Fique atualizado; consulte também:

em questão

http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao

4 – BIBLIOTECA: ESTUDOS, ARTIGOS, PESQUISAS E ANEXOS

Índice

Tema	Página
1. PNDS 2006 – Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde	70
2. Estudo: <i>A queda da desigualdade entre as pessoas ocupadas</i> – IPEA	71
3. PNAD 2006 – Suplementos divulgados pelo IBGE em 28mar/08	72
4. ODM – Relatório 2007	73
5. Ambiente de Negócios	74
6. Exportações por Bloco Econômico	77
7. Conselhos e Conferências Nacionais – 2003 a 2008	78

Fique atualizado; consulte também:

em questão

http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao

PNDS 2006

Pesquisa do Ministério da Saúde mostra melhora da saúde de mulheres e crianças

Principais resultados – período 1996-2006

- Mortalidade infantil: redução de 44% (39 para 22 por mil nascidos vivos).
- Redução quase à metade na desnutrição na infância: de 13% para 7%. No Nordeste, redução ainda mais expressiva: menos 67%.
- Prevalência de aleitamento materno exclusivo entre crianças de zero a três meses ainda é baixa (45%), embora melhor que em 1996 (40%).
- Crianças menores de 60 meses amamentadas alguma vez: 96%.
- Diarréia em crianças menores de cinco anos caiu de 14% para 9%.
- Tosse acometeu 35% das crianças em 2006, contra 47% em 1996.
- Crianças brasileiras menores de cinco anos: 7% apresentam excesso de peso em relação à altura (obesidade infantil). Resultado estável em relação a 1996.
- Mães que realizaram no mínimo seis consultas pré-natal (conforme recomendação do Ministério da Saúde) somam 77%.
- Mulheres estão começando vida sexual cada vez mais cedo: 33% com relações sexuais antes dos 15 anos (o triplo de 1996).
- Jovens de 15 a 19 anos sexualmente ativas: 66% já usaram algum método contraceptivo.
- O uso do preservativo masculino aumenta de 4,3% para 12,9%.
- Taxa de fecundidade em queda: 1,8 filho por mulher, contra 2,5 em 1996.
- Rejuvenescimento do processo reprodutivo, com mulheres mais jovens (15 a 19 anos) representando 23% da taxa total, contra 17% em 1996.
- Ampliou-se cobertura do parto hospitalar (de 91% para 98%) e do parto assistido por profissionais qualificados (de 91% para 98%).
- 4,8% dos domicílios pesquisados apresentavam insegurança alimentar grave e 62% tinham segurança alimentar.

Características da Pesquisa

- Objetivo: Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS)¹ traçou perfil da população feminina em idade fértil e das crianças menores de cinco anos no Brasil. Oferece subsídios para avaliar avanços ocorridos na saúde da mulher e da criança e permite comparações internacionais.
- Metodologia: maior parte dos dados coletada por meio de entrevistas domiciliares, realizadas com cerca de 15 mil mulheres entre 15 e 49 anos, que vivem em áreas urbanas e rurais.

Mais informações: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/pnds/index.php>

¹ Trata-se da 3ª edição da pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde: 1986, 1996 e 2006.

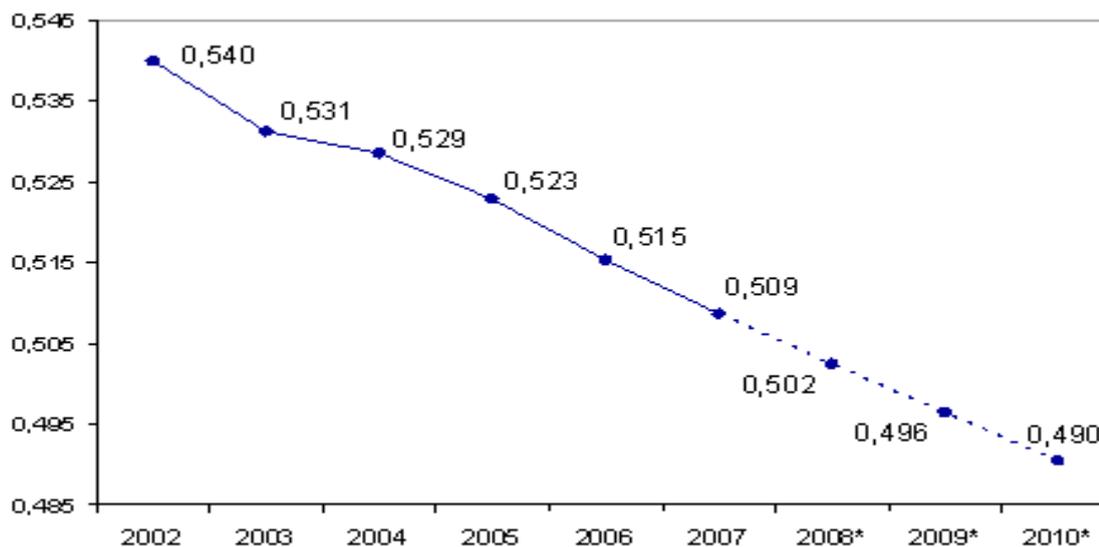
DESIGUALDADE SALARIAL

Estudo do Ipea mostra redução da desigualdade entre os rendimentos dos trabalhadores brasileiros

Principais resultados do estudo

- O Índice de Gini¹ caiu de 0,540 em 2002 para 0,509 em 2007 (ver gráfico 1). Para 2010, previsão é que ele chegue a 0,490 (menor desde 1960).

Gráfico 1 – Evolução anual do Índice de Gini entre ocupados, 2002-2007



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE. (Elaboração própria.)

- Desigualdade entre rendimentos de pessoas ocupadas caiu quase 7% entre 4º trim/02 e 1º trim/08.
- Melhora em índice ocorreu porque, de 2002 a 2008, trabalhadores mais pobres tiveram aumentos salariais maiores.
- Apesar da queda no Gini, participação da renda do trabalho no PIB está relativamente estável.

Metodologia do estudo²

- Analisa a renda média do trabalho atualizada entre o 2º trim/02 e o 1º trim/08, por décimos³ da população.
- Utiliza microdados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE⁴ das seis principais regiões metropolitanas do país.

¹ Índice de Gini é parâmetro internacional para medir desigualdade. Varia de 0 (igualdade absoluta) a 1 (desigualdade extrema).

² “A queda da desigualdade entre as pessoas ocupadas” - Ipea, Comunicado da Presidência 6 (jun/08). <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/DesigualdadeRenda.pdf>.

³ Décimo representa um subconjunto de uma população dividida em dez partes. Assim, quando se fala em primeiro décimo, está se falando dos 10% da população com menor renda do trabalho.

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

PNAD 2006

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios registra avanços econômicos com melhora dos indicadores sociais e padrões de consumo

Síntese do Suplemento Social da PNAD – IBGE (divulgado em 28mar/08)

- Analisa população atendida por programas e mede efeitos do Bolsa Família, BPC¹ e Peti² (além dos demais programas).
- Comparando-se dados de famílias com auxílio e famílias sem auxílio, é possível afirmar que:
 - Recursos chegaram efetivamente às famílias e regiões mais pobres.
 - Programas, com outras políticas, melhoraram condições de vida de famílias mais pobres.
 - Reforçaram-se incentivos para maior frequência escolar entre beneficiários.
 - Custo orçamentário do Bolsa Família permanece modesto, comparado a benefícios e resultados.

Melhora de indicadores econômicos e sociais

- Destaques no período 2003-2006.
 - Renda média real aumentou 5,3%; desigualdade de renda pelo Índice de Gini caiu de 0,563 para 0,541 (menor desde 1981).
 - Criadas 8,56 milhões de ocupações. Somente em 2006, foram 2,1 milhões, sendo 83% formais.
 - Taxa de desemprego diminuiu para 8,4% em 2006, menor nível desde 1998. Queda em todas as regiões.
 - Atual proporção de contribuintes para Previdência (48,8%) é a mais alta desde início dos anos 90.
 - Melhoraram: abastecimento de água (83,2%), saneamento básico (70,6%), coleta de lixo (86,6%).
- Comparação 2005-2006: cresceu acesso a bens duráveis e serviços.
 - Domicílios com geladeira (de 88% para 89,2%), máquina de lavar roupa (de 35,8% para 37,5%), televisão (de 91,4% para 93%) e computador (18,6% para 22,1%).
 - Atendidos por rede de energia elétrica (de 97,2% para 97,7%); telefonia (71,6% para 74,5%).
- Acesso à educação foi ampliado.
 - Praticamente todas as crianças na escola (97,6%), na faixa 7-14 anos.
 - 5,9 milhões de estudantes universitários (+13,2% ante 2005).
 - Taxa de analfabetismo caiu de 10,2% para 9,6%, decrescendo em todas as regiões e em todas as faixas de idade.
- Trabalho infantil (5 a 17 anos) em 2006 caiu de 12,2% para 11,5% da população ocupada.

¹ Benefício de Prestação Continuada.

² Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

ODM – RELATÓRIO 2007

Redução da desigualdade e melhor nível educacional e de saúde em 2007 atestam compromisso brasileiro com Objetivos do Milênio

Pobreza

- País ultrapassou meta de reduzir pela metade a pobreza extrema até 2015.
- Quase seis milhões de pessoas saíram da miséria entre 1992-2005.
- Desigualdade atingiu nível mais baixo da história em 2005.
- Desnutrição em crianças menores de um ano caiu para 2,4%, em 2006.

Educação

- Universalização do acesso à educação à população de 7 a 14 anos.
- Aumento do índice de conclusão da educação fundamental.
- Ampliação da taxa de alfabetização entre pessoas de 15 a 24 anos.

Igualdade de gênero

- Aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho.

Mortalidade infantil

- Redução da taxa de mortalidade infantil, especialmente na região Nordeste.

Saúde Materna

- Redução da mortalidade materna.

HIV/Aids, malária e outras doenças

- Estabilização da infecção pelo HIV (2000 a 2004).
- Redução da incidência de malária e de tuberculose em 2006.

Sustentabilidade ambiental

- Cumprida meta de diminuição do consumo de gás CFC (responsável pela destruição da camada de ozônio): queda acima de 90%, entre 1999-2006.
- Redução do desmatamento da Amazônia (44% entre 2003-2006).

Parceria Global

- 184 projetos e atividades em execução de cooperação técnica com países em desenvolvimento, em 2007.
- Brasil colaborou com desenvolvimento de países pobres: em 2006, reduziu os débitos, especialmente de países da África, em cerca de US\$ 400 mi. Ao todo, foram reduzidos US\$ 1,25 bi em débitos.
- Aumentou o uso de novas tecnologias: o número de celulares dobrou no Brasil entre 2003 e 2006, chegando a 100 mi de linhas; número de internautas chegou a 32,1 milhões em 2005¹.

¹ Ao final do 1ºsem/08, este número já alcançou a marca de 41 milhões. Fonte: Terceiro relatório de acompanhamento dos ODM, set/07, coordenado por IPEA e SPI/MP.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Medidas microeconômicas reduzem burocracia, aperfeiçoam marcos legais e pavimentam caminho do desenvolvimento econômico

Medidas¹ para melhorar ambiente de negócios e reduzir burocracia

- **Nova Lei de Falências** (11.101/05 e LCp 118/05): promove recuperação extra-judicial de empresas como alternativa à falência; permite continuidade de atividades e manutenção de empregos. Possibilita que ativos da massa falida sejam rapidamente alienados, evitando deterioração, sem prejuízo aos credores.
- **Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas e Simples Nacional** (123/06): aperfeiçoou legislação em vigor, em particular quanto a regime tributário especial aplicável às MPEs, o Simples Nacional. Aprofunda desoneração e simplifica procedimentos relativos a registro e legalização de empresas, acesso a compras públicas, incentivo à inovação tecnológica, acesso à Justiça, entre outros.
- **Lei de Registro e Legalização de Empresas e Redesim** (11.598/07): simplifica processo de registro e legalização de empresas e cria Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redesim.
- **Novo modelo para setor elétrico** (Leis 10.871/04 e 11.097/05): cria carreiras e organiza cargos em agências reguladoras; introduz biodiesel na matriz energética brasileira.
- **Criação de Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial – CNDI** (Lei 11.080/04): formulam e promovem políticas ativas de desenvolvimento industrial para geração de empregos.
- **Incentivo à Pesquisa e à Inovação Tecnológica** (Leis 10.973/04 e 11.196/05): incentivos fiscais para empresas investirem em pesquisa e inovação.
- **Patrimônio de Afetação² nas Incorporações Imobiliárias** (Lei 10.931/04): regime fiduciário simplificado, blinda incorporações imobiliárias contra má-gestão ou fraude; confere mais transparência e segurança jurídica aos adquirentes de imóveis e às instituições bancárias concedentes de crédito imobiliário.
- **PPP** (Lei 11.079/04 e Decretos 5.385/05 e 5.411/05): cria e regulariza normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada.
- **Abertura do Mercado de Resseguro** (LCp 126/07): abre mercado nacional, possibilita surgimento de companhias privadas ou entrada de resseguradoras estrangeiras. Acaba com monopólio público, a fim de permitir oferta de produtos securitários a preços mais baixos e competitivos e maior grau de especialização.
- **Reformulação do Sistema de Normas e Demonstrações Contábeis** (Lei 11.638/07, altera Lei das S.A.): estende às sociedades limitadas de grande porte normas de elaboração/divulgação de demonstrações financeiras. Permite convergência das práticas contábeis ao padrão internacional.
- **Portabilidade Crédito/Informações Cadastrais** (Res. CMN 3.401/06 e Port. 301/06): para maior concorrência entre instituições bancárias, permite transferência de contratos de crédito ou arrendamento mercantil de uma instituição financeira para outra com melhores condições de crédito ao consumidor. Obriga instituição financeira a fornecer informações cadastrais e histórico de crédito ao cliente ou a terceiros autorizados. Permite uso das

¹ Siglas utilizadas: LCp – Lei Complementar; MPE – Micro e Pequenas Empresas; PPP – Parcerias Público-Privadas; Res. CMN – Resolução do Conselho Monetário Nacional; Port. – Portaria do Ministério da Fazenda; IR – Imposto de Renda; PL – Projeto de Lei; PLP – Projeto de Lei Complementar; PEC – Proposta de Emenda à Constituição.

² Capacidade de responder por obrigações financeiras.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

informações em benefício do consumidor, como colateral de reputação em operações bancárias e creditícias.

- **Obrigatoriedade da Conta Salário** (Res. CMN 3.402/06): prestação de serviços de pagamentos de salários, aposentadorias e similares sem cobrança de tarifas; reduz custo do cliente por movimentar salário em instituições bancárias e fomenta concorrência bancária.
- **Mais transparência na cobrança de tarifas bancárias e no custo do crédito (Custo Efetivo Total – CET³)**; Resoluções CMN 3.516/07, 3.517/07 e 3.518/07: determinam que não haja cobrança de tarifas em serviços essenciais; obrigam instituições financeiras a informar Custo Efetivo Total (CET) anual antes e a qualquer momento da tomada de crédito; facilitam comparação de custo do crédito entre diferentes instituições bancárias, aumentando competição.

Racionalização do processo judicial e da execução de garantias creditícias

- **Aperfeiçoamento da alienação fiduciária de automóveis** (Lei 10.931/04): facilita execução da garantia; reduz nível da depreciação do bem, e concorre para ampliar crédito para aquisição de automóveis, com menores taxas e melhores condições.
- **Execução de sentença judicial** (Lei 11.232/05): agilidade a cumprimento de sentença condenatória; reduz incentivos a manobras protelatórias (devedor tem dez dias para pagar, senão incide multa de 10% no valor).
- **Súmula impeditiva de recursos** (Lei 11.276/06): reforça sistema jurisprudencial; permite que matérias com entendimento firmado pelos tribunais superiores não motivem recursos de natureza protelatória.
- **Execuções de títulos extrajudiciais** (Lei 11.382/06): modifica execução extrajudicial; facilita penhora de bens de melhor qualidade; agiliza processo de execução e elimina possibilidade de embargos protelatórios.

Incentivo à poupança de longo prazo e ampliação da oferta de crédito

- **Consignação em folha de pagamento** (Lei 10.820/03): autoriza desconto em folha de pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento; minimiza riscos e reduz custos de crédito ao consumidor.
- **Cédula de Crédito Bancário⁴, Letra⁵ e Cédula de Crédito Imobiliário⁶** (Lei 10.931/04): instrumentos ágeis e juridicamente seguros para cessão ou securitização de créditos; melhora gestão de risco do segmento; é alternativa de capitalização das instituições concedentes de crédito; amplia volume de recursos ao consumidor.
- **Títulos de securitização de créditos originados no agronegócio – Certificados de Depósitos e Warrant Agropecuário** (Lei 11.076/04): cessão e securitização de crédito rural. Melhora gestão de risco e desenvolve alternativa de captação de recursos privados para setor agropecuário.
- **Novo regime de tributação da Previdência Complementar** (Leis 11.053/04 e 11.196/05): introduz regras de tributação para entidades de previdência

³ Resultado de cálculo que reflete a totalidade dos encargos e despesas das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro.

⁴ Título de crédito emitido por pessoa física ou jurídica, em favor de instituição financeira ou entidade a esta equiparada, representando promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito de qualquer modalidade.

⁵ Lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel, conferindo a seus tomadores direito de crédito pelo valor nominal, juros e, se for o caso, atualização monetária nelas estipulados.

⁶ Representa os créditos imobiliários.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

complementar e seus participantes; incentiva formação de poupança de longo prazo. Isenta de Imposto de Renda aplicações de recursos dos fundos de pensão.

- **Isenção de IR na troca de imóveis residenciais** (Lei 11.196/05): isenta ganhos obtidos por pessoa física com venda de imóvel residencial, quando proprietário compra outro imóvel em até 180 dias. Reduz custo de transação e promove maior giro e liquidez no mercado.
- **Juros prefixados nos financiamentos do SFH** (Lei 11.434/06): autoriza que contratos de financiamento imobiliário no âmbito do SFH⁷ utilizem apenas juros pré-fixados; elimina obrigatoriedade de aplicação da TR – o que confere perfil mais adequado a crédito para fins de securitização e oferece a consumidor um contrato sem risco da taxa de juros ou inflação e com maior previsibilidade.
- **Consignado em folha para o financiamento imobiliário** (Decreto 5.892/06): estende a operação de crédito consignado a financiamento imobiliário.

Em tramitação no Congresso Nacional

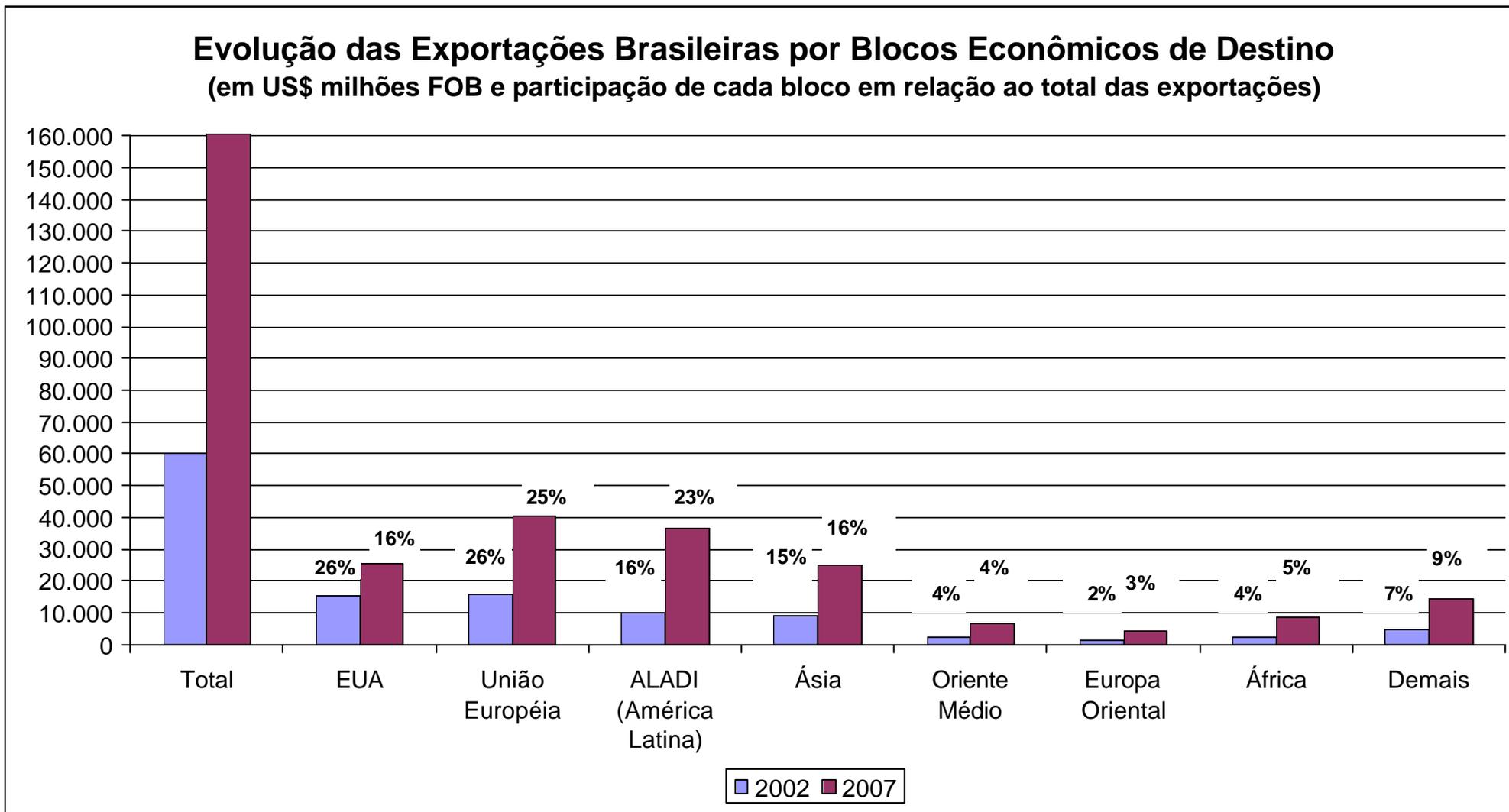
- **PL das agências reguladoras** (3.337/04 – Câmara dos Deputados): estabilidade para reduzir custos de transação e melhorar ambiente de investimentos.
- **PL de modernização do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência** (5.877/05, apensado ao 3.937/04): maior eficiência na proteção de interesses de consumidores; reduz prazo de tramitação e custo administrativo; define papel dos três órgãos⁸ que atuam sobre o tema; garante recursos materiais e humanos e aperfeiçoa legislação anterior, de 1994.
- **PL de regulamentação de banco de dados de proteção ao crédito – Cadastro Positivo** (5.870/05 – Câmara dos Deputados, apensado ao 836/03): regras sobre atuação de bancos de dados e condições para que cadastrados tenham acesso a informações de crédito e outras, que possam constituir colateral de reputação, a ser utilizado para acesso a melhores condições em operações creditícias. Inovação permite coleta não apenas de informações “negativas” (de inadimplência), mas as “positivas” de empresas/pessoas.
- **PL que cria Fundo de Proteção ao Consumidor de Seguros, Capitalização e Previdência Aberta** (3.498/08 – Câmara dos Deputados): medidas para fortalecer Sistema Nacional de Seguros Privados, Previdência Complementar Aberta e Capitalização; protege consumidor de riscos de liquidação e insolvência de companhias ligadas aos setores.
- **PLP Fundo de Catástrofe do Seguro Rural** (374/08 – Câmara dos Deputados): autoriza seguradoras privadas a constituírem Fundo de Catástrofe para cobertura de operações de seguro rural contra efeitos climáticos.
- **PEC da Reforma Tributária** (233/2008 – Câmara dos Deputados): simplifica sistema tributário, confere mais racionalidade a tributos diretos federais e indiretos federais e estaduais; estabelece nova repartição de recursos e cria IVA-Federal e novo ICMS; padroniza alíquotas, elimina cumulatividade e combate guerra fiscal.

⁷ Sistema Financeiro de Habitação.

⁸ Secretarias de Acompanhamento Econômico – Seae (Ministério da Fazenda), de Direito Econômico - SDE (Justiça) e Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, autarquia vinculada ao Ministério da Justiça.

EXPORTAÇÕES POR BLOCO ECONÔMICO

Diversificação dos parceiros comerciais e ampliação expressiva das exportações posicionam o Brasil como potência emergente no comércio internacional



CONSELHOS E CONFERÊNCIAS NACIONAIS

Entre 2003 e 2008, mais de 3,4 milhões de brasileiros participaram de 48 conferências para debater e aperfeiçoar políticas públicas

Criação e recriação de conselhos

- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES (2003)
- Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI (2003)
- Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – Conatrae (2003)
- Conselho Nacional das Cidades (2003)
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea (2003)
- Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – Conape (2003)
- Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR (2003)
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condraf (2003)
- Conselho Nacional da Juventude (2005)
- Conselho Nacional de Política Cultural (2007)

Consolidação dos conselhos existentes

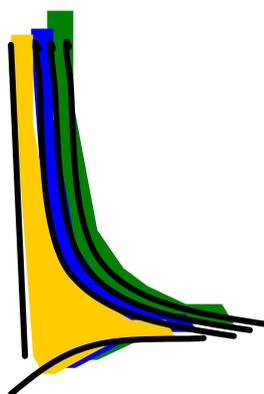
- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM
- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda
- Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD
- Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (Conade)

Conferências realizadas

- Conferência Nacional de Direitos Humanos (2003/2004/2006)
- Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica (2003)
- Conferência Nacional das Cidades (2003/2005/2007)
- Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2003/2005/2007)
- Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca (2003/2006)
- Conferência Nacional do Meio Ambiente (2003/2005/2008)
- Conferência Nacional Infanto-Juvenil do Meio Ambiente (2003/2006)
- Conferência Nacional de Saúde (2003/2007)
- Conferência Nacional de Assistência Social (2003/2005/2007)
- Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2004/2007)
- Conferência Nacional do Esporte (2004/2006)

CONSELHOS E CONFERÊNCIAS NACIONAIS

- Conferência Nacional das Políticas Públicas para as Mulheres (2004/2007)
- Conferência Nacional de Saúde Bucal (2004)
- Conferência Brasileira sobre Arranjos Produtivos (2004/2005)
- Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2005)
- Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (2004/2005)
- Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (2005)
- Conferência Nacional de Cultura (2005)
- Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (2005)
- Conferência Nacional de Saúde Indígena (2006)
- Conferência Nacional dos Povos Indígenas (2006)
- Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2006)
- Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (2006)
- Conferência Nacional de Economia Solidária (2006)
- Conferência Nacional de Imunodeficiências Primárias (2006)
- Conferência Nacional de Educação Profissional Tecnológica (2006)
- Conferência Nacional da Educação Básica (2008)
- Conferência Nacional da Juventude (2008)
- Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2008)
- Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2008)



Secretaria de
Comunicação
Social



Esta obra foi impressa pela
Imprensa Nacional, SIG, Quadra 6,
Lote 800, 70.610-460, Brasília, DF
em agosto de 2008